



Anais da Assembléia

Nº 73

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|----------------------------------|
| Governo | Deputado VALDIR ROSSONI |
| PDT | Deputado WALMOR TRENTINI |
| PTB | Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI |
| PMDB | Deputado ORLANDO PESSUTI |
| PFL | Deputado ELIO RUSCH |
| PSDB | Deputado CESAR SILVESTRI |
| PT | Deputado PERICLES H. MELLO |
| PPB | Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI |

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Claiton Klaise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Belo Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidetazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsetto; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Tachy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 08: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1997
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Calto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1082

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1070

Senhor Presidente,

O Deputado infra-assinado REQUER seja inserido nos anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Rogério de Macedo Postarek, servidor desta Casa, e ocorrido no último dia 14, em Ortigueira.

Com a vida ceifada de forma abrupta, Rogério de Macedo Postarek era filho de Ernesto Postarek, já falecido; e da Senhora Neide de Macedo Postarek, deixando ainda dois irmãos.

Tendo cursado estudos no tradicional Colégio "19 de Dezembro", em Curitiba, Rogério Postarek cedo se voltou para as atividades profissionais, onde ultimamente trabalhava como comerciante no litoral paranaense, após ter se licenciado do serviço ativo na Casa de Leis Estadual.

Seu passamento enlutou seus familiares, parentes e amigos, que viam nele uma alma vigorosa porém dócil, de filho bem formado e membro de uma tradicional família paranaense; tudo o que justifica a manifestação de pesar que ora propomos.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(aa) ANIBAL KHURY, ÂNGELO VANHONI, MILTINHO PUPPIO, NEIVO BERALDIN, EDSON SILVA LINO, BETO RICH, CESAR SELEME E LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 1071

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão plenária votos de pesar, pelo falecimento do Sr. Darci Brolini, Prefeito Municipal de Pinhão, ocorrido no último dia 17 de maio de 1997, vítima de infarto.

Darci Brolini, homem de conduta ilibada e que muito lutou pela Comunidade de Pinhão, aos 53 anos de idade deixou uma História de Vitórias e Vida, a ser seguida por muitos.

O tempo e a distância, jamais apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos e companheiros, a lembrança e o carinho daquele que fez de sua vida um exemplo de honestidade, trabalho e dedicação à profissão e aos seus semelhantes.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada, residente à Rua Trifon Haricz, 220, Pinhão/Paraná.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1083

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada à família do Prefeito do Município de Pinhão, Darci Brolini, manifestação de profundo pesar desta Assembleia Legislativa pelo seu falecimento ocorrido no dia 17 de maio, daquele município.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar uma última homenagem, a uma pessoa de grande valor e muitas qualidades, a um político que sempre colocou o interesse da comunidade acima de preocupações pessoais.

Os muitos exemplos deixados por Darci, tanto na vida pública quanto em seu relacionamento com a família e os inúmeros amigos que conquistou em todos os lugares onde esteve, tornam certa, nortearão os caminhos daqueles que tiveram o privilégio de conviver com esta pessoa extraordinária.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1087

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado "votos de pesar" à família Brolini, pelo trágico acontecimento do falecimento do Sr. Darci Brolini, Prefeito do Município de Pinhão.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1091

Senhor Presidente,

A Bancada de Deputados do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa do Paraná manifesta seu pesar pelo falecimento do Prefeito do Município de Pinhão, Sr. Darci Brolini, ocorrido neste sábado.

É uma perda irreparável para o município e a população de Pinhão, pela experiência e capacidade de trabalho demonstradas pelo falecido prefeito, neste e em administrações anteriores.

Tornamos nossos pêsames extensivos aos familiares e amigos de Darci Brolini.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(aa) PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI, DOUTOR ROSINHA, IRINEU COLOMBO E EMERSON NERONE.

REQUERIMENTO Nº 1072

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Jornal "O Paraná", alusivos aos 21 anos de Fundação, comemorados no último dia 15 de maio corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Diretor Administrativo, Senhor André Costi, e ao Editor Chefe, Senhor Emir Sfair, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pernambuco nº 1.600, CEP 850801-010, Município de Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos de Voto de Congratulações aos fundadores da Associação dos Amigos de Londrina - AAL, com sede em Curitiba.

Requer, ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao presidente da referida entidade, Augusto Gonçalves Filho, e ao vice-presidente, Cristovão Cavalcante Filho, na Rua Senador Xavier da Silva, 488, 7º Andar, sala 706-B, no bairro Centro Cívico, CEP 80.530-060, em Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Foi fundada em 17 de abril deste ano a Associação de Amigos de Londrina - AAL com sede em Curitiba, reunindo ex-moradores de Londrina que hoje residem na capital do Estado. Nascendo com o recorde de 150 filiados, a Associação dos Amigos de Londrina tem por objetivo primordial promover a integração entre os londrinenses que estão fora de sua cidade natal.

Reunindo representantes de vários segmentos social e empresarial, a Associação dos Amigos de Londrina será presidida por Augusto Gonçalves Filho, tendo como vice, Cristovão Cavalcante Filho. Os demais dirigentes da AAL são, a saber: 1º Secretário, Paulo Roberto de Carvalho; 2º Secretário, Marcos Traad; 1º Tesoureiro, Pedro Boralli; 2º Tesoureiro, Lauro Fontoura; Diretoria Social, Maria Angélica Verozzo; Diretor Jurídico, Dr. Johnson Sade; Diretor de Expansão, José Richa Filho; Diretor de Patrimônio, Edson Inove; e Diretor de Serviços, Wilson Tauchmann.

A Associação dos Amigos de Londrina vem promover a congregação entre aqueles que mesmo distantes, estão com suas atenções voltadas para os interesses de sua cidade. A esta Assembleia Legislativa, resta aplaudir e incentivar iniciativas como esta, que só engrandece, os filhos do Paraná e de suas cidades. Pólo social e econômico importante do Estado, Londrina merece mais esta homenagem, a que todos nós desta Casa de Leis só temos que apoiar.

REQUERIMENTO Nº 1077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, que seja enviado ao Município de Sertãozinho, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário, no dia 06/06.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao casal Narciso e Amélia Burin, de família tradicional de Palotina, que comemoram Bodas de Ouro.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada aos homenageados, enviando correspondência ao casal residente na Rodovia PR 182 - Km 54, CEP: 85.950-000, em Palotina.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Narciso Burin nasceu em 1918 e Amélia em 1919. Depois de uma vida humilde no Rio Grande do Sul, o casal se transfere para Palotina na década de 70 e inicia no Oeste do Estado do Paraná a enraizamento de sua vida familiar. Com oito filhos, Narciso e Amélia participam ativamente do desenvolvimento do município que os abrigou e atualmente acolhe seus 18 netos.

As perspectivas para a família Burin na região são favoráveis e proporciona a todos os seus integrantes uma vida simples, mas repleta de êxito profissional. O coroamento do esforço do casal Burin em delegar aos filhos os fundamentos morais e éticos veio em outubro de 96 com a vitória de seu filho na eleição para a Prefeitura Municipal. Valmor Antonio Burin hoje está a frente da administração pública de Palotina, referendando o respeito de sua população ao integrante da família Burin.

Neste momento de júbilo, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná irá homenagear as Bodas de Ouro do casal Narciso e Amélia Burin, que tanto lutaram pelo desbravamento e desenvolvimento da região que escolheram para viver e criar seus filhos e netos.

REQUERIMENTO Nº 1073

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes objetivando a adoção de procedimentos no sentido da inclusão do Município de Jacarezinho no Programa de recuperação e ampliação de aeroportos.

A recuperação e ampliação do aeroporto de Jacarezinho, município de localização estratégica privilegiada dentro do sistema de integração, interligando os maiores municípios do Estado e o Estado de São Paulo, é uma antiga aspiração de seus habitantes.

Dessa forma, o transporte aéreo dará uma contribuição ainda maior para o esforço do desenvolvimento estadual, transformando-se em opção cada vez mais rápida, barata e segura para a locomoção de pessoas e mercadorias.

A importância incontestável da recuperação do aeroporto de Jacarezinho, é fundamental para consolidar aquela região como uma das principais rotas de penetração desenvolvista prevista pela implantação do "Anel de Integração".

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1080

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Cidade Jardim, os quais solicitam a passagem da máquina nas vias internas do Conjunto Cidade Jardim, bem como desentupir as valetas ali existentes, tendo em vista que as mesmas estão dificultando o escoamento de água. Com o atendimento desses dois pedidos, todos os moradores do citado conjunto serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Jardim Curitiba, os quais solicitam a passagem do caminhão de lixo no final da Rua Buenos Aires.

Segundo eles, os moradores têm que levar o lixo até a Rua Felício Kania, o que vem causando grandes transtornos. Com o atendimento do presente muitas serão as pessoas beneficiadas.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1084

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, Mui Digno Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a construção de um depósito em Umuarama, para as mercadorias apreendidas pela Receita Estadual.

É de suma importância que as mercadorias apreendidas sejam depositadas em local específico, asseguradas de qualquer tipo de risco que possa inutilizar o trabalho de apreensão efetuado pela Receita Estadual.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaca, Digníssimo Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87501-130); ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP: 87502-080).

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, Mui Digno Secretário de Estado da Fazenda, solicitando melhorias e ampliação na sede da 11ª Delegacia Regional de Rendas, em Umuarama.

As obras em questão, são imprescindíveis para o desempenho das atividades daquele órgão, pois com o aumento da demanda, o espaço físico e as condições apropriadas, se tornam indispensáveis para um trabalho e atendimento eficaz.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaca, Digníssimo Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87501-130), ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863 - CEP: 87502-080).

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, Mui Digno Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a construção de garagem, melhorias e ampliação na Agência de Rendas em Icaraima.

As obras em questão, são imprescindíveis para o desempenho das atividades daquele órgão, pois com o aumento da demanda, o espaço físico e as condições apropriadas, se tornam indispensáveis para um trabalho e atendimento eficaz.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Osni Lankowsky dos Santos, Digníssimo Prefeito Municipal (Av. H. Vissoto, 810); ao Vereador Carlos Alberto Gabiato, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal (Av. H. Vissoto, 810 - CEP: 87530-000).

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1089

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado expediente à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e às lideranças partidárias no Congresso Nacional pedindo a imediata instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para apurar as denúncias de corrupção no processo de aprovação da emenda constitucional que garante o direito à reeleição do Presidente da República, Governadores e Prefeitos.

O presente requerimento se justifica tendo em vista a gravidade das denúncias veiculadas pela imprensa, que lançam uma sombra sobre o processo parlamentar na votação da citada emenda constitucional.

Sala das Sessões, em 19.05.97

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI
EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 1090

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário desta Casa, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Fernando Henrique Cardoso, pedindo o imediato afastamento do Ministro das Comunicações, Senhor Sérgio Motta.

O presente requerimento se justifica tendo em vista as fortes suspeitas de envolvimento do Ministro nas denúncias de corrupção no processo de aprovação da emenda constitucional que garante o direito à reeleição dos atuais e posteriores ocupantes de cargos eletivos executivos.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(aa) PÉRICLES MELLO
IRINEU COLOMBO
DOUTOR ROSINHA
ÂNGELO VANHONI
EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 1092

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná e Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes solicitando que o Aeroporto Regional do Oeste seja construído em área próxima a Sede Alvorada, entre os Municípios de Cascavel e Toledo.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(aa) IRONDI PUGLIESI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, NELSON TURECK, JOSÉ MARIA FERREIRA, RENY BORSATTO, LUIZ CARLOS ZUK, DUÍLIO GENARI, ADEMAR TRAIANO, IRINEU COLOMBO, SÂMIS DA SILVA, SÉRGIO SPADA, BASÍLIO ZANUSSO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, BETO RICHIA, ÉLIO RUSCH, JOEL COIMBRA, VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, CÉSAR SELEME, HORÁCIO RODRIGUES, EDNO GUIMARÃES, JOÃO TECHY, LUIZ ACCORSI, WALMOR TRENTINI e NEIVO BERALDIN.

JUSTIFICATIVA:

Como é de conhecimento do Senhor Governador, do Secretário de Estado dos Transportes, a Região Oeste do Paraná tem a necessidade de ser atendida com a construção do Aeroporto Regional, com dimensões e estrutura que permitam pouso e decolagem de aeronaves de grande porte.

Trata-se de uma reivindicação que já vem sendo feita a muitos anos e infelizmente ainda não logrou êxito, fato que traz insatisfações à população e prejuízos econômicos ao Estado.

Voltamos a sugerir, conforme já o fizemos em requerimento de 16 de abril de 1991, que seja localizado em área próxima a Sede Alvorada, cujas distâncias se igualam, do centro das cidades pólos, de Cascavel e Toledo, próximo das

cha ICândido Rondon e outras que integram a região.

Tudo ali é favorável, sendo a topografia da área de fácil implantação da pista, observando-se a predominância dos ventos e estando localizada no sentido norte-sul, o movimento da terra necessário para sua implantação será reduzido, verificando-se a localização em um ponto alto da região.

Obstáculos naturais possíveis e edificações em torno da área são consideráveis e, se existirem serão de fácil solução por se tratar de área agrícola.

Isto posto, conclui-se que, com investimentos bem reduzidos, em se tratando de aeroporto, a localização próxima da Sede Alvorada, que apresenta o melhor clima da região e com sua topografia plana configura-se como a melhor opção para receber a pista de integração do Oeste do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente,

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública - Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira solicitando as seguintes informações a respeito dos Conselhos Comunitários de Segurança:

- 1 - Quantos Conselhos de Segurança estão formados em todo o Estado?
- 2 - Quantos em Curitiba e em quais bairros?
- 3 - Pode existir mais de um Conselho por bairro ou cidade? Em caso positivo especificar quais os bairros ou cidade.
- 4 - Os Conselheiros são eleitos pelo voto direto. Se não são, qual é o critério adotado para sua nomeação?
- 5 - Quem dá posse aos Senhores Conselheiros?
- 6 - Que tipo de credencial recebem os Senhores Conselheiros? Ela é fornecida pela SESP? (Existindo essa credencial, o Deputado subscrevente, gostaria de receber uma cópia da mesma).
- 7 - São checados os antecedentes criminais dos Senhores Conselheiros?
- 8 - Fornecer uma cópia dos antecedentes, junto com as cópias das atas de formação e instalação de todos os Conselhos de Curitiba e Região ao requerente.
- 9 - Quem paga a editoração e publicação do jornal Conseg (Jornal dos Conselhos de Segurança).
- 10 - Os Conselhos podem fazer patrulhamento preventivo ou cobrar taxas pelos serviços?
- 11 - Qual órgão da Secretaria de Segurança Pública que faz a fiscalização dos Conselhos? E, qual é a autoridade responsável por essa fiscalização?
- 12 - Quantos Conselheiros têm porte de arma?
- 13 - Quantas ocorrências policiais já foram registradas envolvendo membros dos Conselhos de Segurança em Curitiba?
- 14 - Quantas viaturas, peças, acessórios foram adquiridos pelos Conselhos de Curitiba?

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1078

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento solicitando informações sobre qual o impedimento, o prazo previsto e quais as providências que estão sendo encaminhadas pelo Conselho Estadual do PRONAF para o envio dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural para a Secretaria Executiva do PRONAF, no Ministério da Agricultura, para a liberação dos recursos previstos para os municípios paranaenses no Programa PRONAF-Infraestrutura, e quais as providências que estão sendo encaminhadas e qual o prazo previsto para o enquadramento dos demais municípios já selecionados dentro do mesmo Programa.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Temos informações que o Programa PRONAF-Infraestrutura do Ministério da Agricultura dispõe de mais de R\$ 7 milhões para os municípios paranaenses aplicarem este ano.

Os municípios já selecionados para o Programa: Bituruna, Cambira, Cantagalo, Coronel Vivida, Doutor Ulisses, Inácio Martins, Ivaí, Manoel Ribas, Pitanga, Prudentópolis, Ortigueira, Rebouças, Reserva, São João e Tapira enfrentam grandes dificuldades e dependem desses recursos para dar melhores condições de produção para os produtores rurais.

Além dos municípios acima existe a previsão de inclusão de aproximadamente mais quarenta (40) municípios do Paraná naquele Programa, que estão na dependência de providências do Conselho Estadual do PRONAF.

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no artigo 54, XXVII da Constituição do Estado do Paraná, o Decreto Governamental nº 3.105 de 07 de maio de 1997, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.997, da mesma data, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar, conforme dispõe o artigo 53, VIII da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Orlando Pesutti e Luiz Claudio Romanelli.

JUSTIFICATIVA:

Exorbitante de seus poderes, o Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner baixou Decreto nº 3.105, de 07 de maio de 1997, publicado no Diário Oficial nº 4.997. Tal decreto estabelece nova tabela de gratificação aos ocupantes de cargos de provimento em comissões dos órgãos do Poder Executivo.

Esse decreto fere o artigo 53, inciso VIII, da Constituição do Estado do Paraná.

Por ser inconstitucional, é que apresentamos esse decreto legislativo afim de que seja restabelecida a constitucionalidade e o respeito aos poderes.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 222/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a criar o "Pólo da Indústria de Alimentos", centralizado no Município de Campo Mourão, com o objetivo de fomentar, profissionalizar e desenvolver, dentro dos parâmetros de qualidade, a industrialização de produtos alimentícios gerados na região.

Art. 2º - O Poder Executivo do Estado do Paraná, adotará mecanismos para sua criação, através de Programa de Governo em normas e regulamento próprios.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

ENTRA O ORIGINAL

CAMPO MOURÃO

- CAPITAL DA AGROINDÚSTRIA -

- PÓLO DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS -

I - CAMPO MOURÃO NO CONTEXTO REGIONAL

1.1 - Histórico

O Município de Campo Mourão foi criado pela Lei Estadual nº 2 de 10 de outubro de 1947, no Governo de Moysés Lupion e elevado a Comarca de 1ª Instância pela Lei nº 93 de 14 de setembro de 1948.

Segundo o Censo/91-IBGE, Campo Mourão possui uma população de 77.930 habitantes, sendo 70.498 urbana e 7.432 rural, estimando-se em 1995 uma população de 82.341 habitantes; com uma área de 783,67 Km².

Campo Mourão é Município sede da Microrregião 12, a qual agrega 25 Municípios, totalizando uma população de aproximadamente 405.000 habitantes.

1.2 - Aspectos Físicos

Clima

O clima do Município de Campo Mourão, é classificado como Cfa: Clima subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperatura dos meses mais quentes é superior a 22 graus centígrados e a dos meses mais frios é inferior a 18 graus centígrados. A temperatura média anual está entre 20 e 21 graus centígrados

Os índices pluviométricos apresentam-se em média entre 1.400mm e 1 500mm por ano, tendo nos meses de verão as maiores concentrações de chuvas e nos meses de inverno as menores.

Os ventos predominantes na região são os de quadrante nordeste, apresentando probabilidade de geadas nos meses de inverno, quando os ventos sopram de sul e sudoeste.

Solo

O solo predominante é o latossolo roxo, de textura argilosa, profundo, muito fértil, de grande aptidão para sustentar intensa atividade agrícola.

Hidrografia

O Município de Campo Mourão pertence à bacia hidrográfica do Rio Ivaí, sendo seu rio mais importante o Rio Mourão, que atravessa o Município de sul a norte. A vazão deste rio, associada à topografia de seu vale, oferece o maior potencial hidrodinâmico do Município.

Outros rios, importantes por serem condicionantes físico-naturais à expansão urbana de Campo Mourão, são o rio Km 119 e Rio do Campo.

Lençol Freático

O abastecimento de água para a população é feito através da captação no Rio do Campo (com um volume de 675 m³/h) e de poços artesianos perfurados pela Sanepar. Ao todo são 5 poços perfurados:

| Poços | Vazão | Local |
|------------------|------------------------|--------------------|
| Em Funcionamento | 22,5 m ³ /h | Jardim Cidade Nova |
| | 75 m ³ /h* | Jardim Zoraide** |
| Em Instalação | 80 m ³ /h | Jardim Zoraide** |
| | 85 m ³ /h | Jardim Zoraide** |
| | 35 m ³ /h | Jardim Tropical |

* - capacidade para 120 m³/h

** - Lanchonete Tio Patinhas

Obtendo-se uma média de vazão nos cinco poços (ao operarem na capacidade máxima) de 60m³/h, que segundo os critérios da Sanepar, esta vazão indica que o Município apresenta um ótimo lençol freático.

A água captada pelos poços artesianos apresenta em média as seguintes características:

PH = 6,8

Cor = 2,5

Turbidez = 0,15%

Oxigênio consumido = 0,5%

Cloro residual (aplicado) - 1,0 ppm (partícula por milhão)

Flúor = 0,8 ppm

Coordenadas Geográficas

As coordenadas geográficas do Município são 24°92'38" de Latitude Sul e 52°22'40" de Longitude Oeste do Meridiano de Greenwich, a uma altitude média de 630 metros sobre o nível do mar.

Limites

Limita-se com os seguintes Municípios:

- Norte: Peabirú
- Sul: Luiziana
- Leste: Corumbataí do Sul
- Oeste: Farol e Mamborê
- Noroeste: Araruna

Posição Geográfica

Possui uma posição geográfica privilegiada, devido ao seu importante entroncamento ligando as principais rodovias do Estado, fazendo parte da rota Mercosul:

- BR 487 - Cruzeiro do Oeste / Curitiba
- BR 158 - Peabiru / Roncador
- PR 317 - Peabiru / Maringá
- BR 369 - Cascavel
- BR 272 - Goioerê / Barbosa Ferraz

Distância entre algumas cidades do País e com mercados do Mercosul:

- Brasília - 1.110 Km
- Curitiba - 477 Km
- São Paulo - 659 Km
- Foz do Iguaçu - 323 Km
- Buenos Aires (Argentina) - 1.650 Km
- Assunção (Paraguai) - 660 Km

A situação estratégica de Campo Mourão, de entroncamento rodoviário, se fortalece por estar situada nesse eixo de desenvolvimento, prestando serviços mais diversificados e mais eficiente, comércio com menores custos e de maior diversidade, e incentivando indústrias integradas à produção primária.

1.3 - Aspectos Econômicos

1.3.1 - Setor Primário

A agricultura é a principal atividade em importância econômica do Município, possuindo 1.562 propriedades rurais:

| Classificação | Quant. de Prop. | Área |
|---------------------|-----------------|-------------|
| Minifúndio | 711 | 6.646,6 ha |
| Pequena Propriedade | 555 | 19.689,7 ha |
| Média Propriedade | 225 | 31.103,2 ha |
| Grande Propriedade | 57 | 30.196,1 ha |
| Não Classificado | 14 | 2.496,2 ha. |

Fonte: Cadastro Incra (93/94)

Capacidade de Armazenagem (em toneladas)

| Estabelecimentos | Sacarias | Granel | Total |
|------------------|----------|---------|---------|
| Oficiais | 4.435 | 8.100 | 12.535 |
| Cooperativas | 61.400 | 416.088 | 477.488 |
| Privados | 44.880 | 85.590 | 129.870 |
| Capacidade Total | 110.115 | 509.778 | 619.893 |

Fonte: Base Pública, Iparides.

1.3.2 - Produção Agrícola

Produção Agrícola, das principais culturas, do Paraná em relação à região e Campo Mourão - Safra 94/95

| Produtos | Produção (Ton.) Paraná | NR C.Mourão Produção (Ton.) | % do Núcleo em Relação ao PR. | Município de Campo Mourão Produção (Ton.) | % do Município em Relação ao Núcleo | % do Município em Relação ao PR. |
|--------------------|------------------------|-----------------------------|-------------------------------|---|-------------------------------------|----------------------------------|
| Algodão | 484.410 | 107.407 | 22,17 | 510 | 0,47 | 0,10 |
| Soja-Normal | 5.532.000 | 947.500 | 17,12 | 99.000 | 10,44 | 1,78 |
| Soja-Farinha | 92.440 | 2.330 | 2,52 | 496 | 21,28 | 0,53 |
| Milho-Normal | 7.499.400 | 480.348 | 6,40 | 49.500 | 10,30 | 0,66 |
| Milho-Safinha | 1.461.000 | 116.500 | 7,97 | 6.300 | 5,40 | 0,43 |
| Cana-de-Açúcar | 19.000.000 | 1.480.000 | 7,78 | 293.530 | 19,83 | 1,54 |
| Mandioca | 3.250.000 | 208.000 | 6,4 | 8.000 | 3,84 | 0,24 |
| Arroz-Sequeiro | 145.000 | 6.760 | 4,66 | 200 | 2,95 | 0,13 |
| Arroz-Irrigado | 80.000 | 2.500 | 3,12 | 225 | 9,0 | 0,28 |
| Café (Beneficiado) | 7.000 | 500 | 7,14 | 9 | 1,8 | 0,12 |
| Aveia | 111.000 | 9.390 | 8,45 | 800 | 8,51 | 0,72 |

Fonte: SEAB/Núcleo Regional

1.3.3 - Setor Secundário

O setor industrial do Município de Campo Mourão embora ocupe a segunda posição na composição da produção agregada total, com uma participação de 36,2%¹, é o primeiro na participação de ICMS, contribuindo com 41% do total arrecadado.

Participação na Arrecadação de ICMS - 1993

| Setores | Participação %* |
|------------------|-----------------|
| Setor Primário | 32 |
| Setor Secundário | 41 |
| Setor Terciário | 27 |

(*) Calculado a partir do volume de arrecadação do ICMS

Fonte: Base Pública / IpardeS.

Segundo o Cadastro Mobiliário da Secretaria Municipal de Planejamento o número de estabelecimentos industriais na cidade de Campo Mourão no ano de 1993 era de 495, distribuídos nos diferentes ramos industriais.

Informação referente ao ano de 1992

Estabelecimentos por Ramos Industrial

| Ramos Industriais | Estabelecimentos |
|-----------------------------|------------------|
| Ind. Extrativa de Mineral | 6 |
| Ind. Extrativa Vegetal | 1 |
| Ind. Minerais não Metálicos | 25 |
| Ind. Metalúrgica | 31 |
| Ind. Mecânica | 5 |

| | |
|------------------------------------|-----|
| Ind. Mat. Elet. E Comunicação | 8 |
| Ind. Mat. De Transporte | 4 |
| Ind. De Madeira | 36 |
| Ind. Mobiliário (mad/metal) | 20 |
| Ind. De Papel e Papelão | 4 |
| Ind. De Borracha | 7 |
| Ind. Couro, Peles e Prod. Deriv. | 10 |
| Ind. Química | 11 |
| Ind. Mat. Plásticas | 3 |
| Ind. Têxtil | 12 |
| Ind. Vest., Art. Tecidos e Viagens | 51 |
| Ind. Prod. Alimentares | 49 |
| Ind. De Fumo | 1 |
| Ind. Edit. E Gráfico | 15 |
| Ind. De Prod. Farm. E Veterinários | 1 |
| Ind. De Const. Civil | 146 |
| Ref. De Petróleo e Dest. De Alcool | 1 |
| Ind. De Calçados | 42 |
| Ind. De Transformação - diversas | 6 |
| Indústria Total | 495 |

Fonte: Cadastro Mobiliário Municipal, Abril 1993, In: Inventário de Oferta Turística/SICT.

A produção industrial do Município de Campo Mourão está concentrada nas indústrias de Produtos Alimentares e Têxtil. A primeira contribui com 64,33%, e, a segunda, com 30,07% da produção industrial total. Os demais ramos da indústria de transformação participam com apenas 5,6% da produção industrial.

Composição do Valor Agregado Produção Industrial Agregada 1993

| Ramos Industriais | Participação % |
|-----------------------------------|----------------|
| Ind. Extrativas de Minerais | 0,08 |
| Ind. Minerais não Metálicos | 0,16 |
| Ind. Metalúrgica | 0,31 |
| Ind. Mecânica | 0,04 |
| Ind. Mat. Elét. E Comunicação | 0,00 |
| Ind. Mat. De Transporte | 0,49 |
| Ind. de Madeira | 0,52 |
| Ind. Mobiliário (mad/metal) | 0,05 |
| Ind. de Papel e Papelão | 0,45 |
| Ind. de Borracha | 0,62 |
| Ind. Couro, Peles, e Prod. Deriv. | 1,41 |
| Ind. Química | 0,25 |
| Ind. Mat. Plásticas | 0,01 |
| Ind. Têxtil | 30,07 |
| Ind. Vest., Calc., Art. Tecidos | 0,57 |
| Ind. Prod. Alimentares | 64,33 |
| Ind. de Fumo | 0,04 |
| Ind. Edit. E Gráfico | 0,00 |
| Ind. de Transformação - diversas | 0,00 |
| Ind. de Transformação - total | 99,40 |
| Atividades Industriais - outras | 0,60 |
| Industria Total | 100,00 |

Fonte: Calculado a partir de dados da Base Pública/Ipardes

Face a elevada importância da indústria de produtos alimentares no total da produção industrial, verifica-se que a maior parte dos insumos e matérias-primas empregadas no processo de industrialização são de origem regional, caracterizando-se uma vocação do Município ao desenvolvimento de agroindústrias.

Por outro lado, a elevada concentração da produção industrial em apenas dois ramos, faz com que a maior parte desta produção seja destinada para outras regiões do estado do Paraná e, até mesmo, exportada para outros estados brasileiros. Contudo, o reduzido nível de industrialização dos demais ramos, faz com que o Município importe de outras regiões e estados brasileiros a maioria dos produtos industrializados consumidos no Município.

No que se refere à geração de empregos, levando-se em conta apenas o mercado formal, o setor terciário é responsável, por 67,0% dos empregos.

1.3.4 - Setor Terciário

O setor terciário é caracterizado por abrigar atividades voltadas para o comércio e a prestação de serviços. No Município de Campo Mourão este setor é responsável por 41,5% da produção agregada e contribui com 27,0% da arrecadação do ICMS.

Estabelecimento por Ramos Comerciais e Prestação de Serviços

| Ramos Comerciais | Quantidade |
|---|------------|
| Com. De Produtos Alimentares | 17 |
| Com. Varej. Merc., Maq. e Combustível | 476 |
| Com. Atac. Merc., Maq. e Combustível | 16 |
| Com. Varej. Prod. Alim., Quim., Tec., Móveis, Ferragens, Elét. e Veículos | 880 |
| Com. Atac. De Prod. Ext. Alim., Quim. | 58 |
| Serviços de Comunicação | 3 |
| Serviços de Reparos, Manut. E Instalação | 483 |
| Serv. De Radiodifusão, Tel. E Diversos | 15 |
| Serviços de Saúde | 67 |
| Inst. Financ., Soc. Seg., Cap. E Prev. Priv. | 16 |
| Serviços Comunitários e Sociais | 28 |
| Cooperativas | 11 |
| Profissionais Liberais | 221 |
| Profissionais de Nível Médio | 30 |
| Agropecuárias | 20 |
| Serviços Ind. de Util. Pública | 4 |
| Serviços de Transportes | 52 |
| Serviços de Alojamento e Alimentação | 495 |
| Serviços Pessoais | 50 |
| Serviços Auxiliares Diversos | 426 |
| Serviços de Adm. Loc. e Arrend. de Imóveis | 67 |
| Escrit. de Gerência Adm. | 13 |
| Estab. de Ensino | 43 |
| Profissionais Autônomos em geral | 359 |
| Serviços Prestados por Terceiros | 15 |
| Vendas de Combust. Líq. E Gasosos a var. | 30 |
| Comércio de Ambulantes | 108 |
| Total | 4.103 |

Fonte: Cadastro Mobiliário Municipal, Abril 1993, In: Inventário de Oferta Turística/SICT.

O setor abriga 4.103 estabelecimento distribuídos nos diferentes ramos comerciais e prestadores de serviços. Entre as atividades comerciais destaca-se o comércio varejista de produtos alimentícios, químicos, tecidos, móveis, ferragens, elétricos e veículos, que é responsável por 21,4% do valor agregado gerado no setor terciário. Nas atividades prestadoras de serviços destacam-se os seguintes ramos: i) serviços de reparos, manutenção e instalação, com 11,8%; ii) serviços de alojamento e alimentação, com 12,2%; 3 iii) profissionais autônomos em geral, com 8,7%.

As atividades comerciais são desenvolvidas a nível de varejo e atacado. O comércio atacadista tem sua atividade concentrada quase que exclusivamente no comércio de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo, respondendo por 97,7% do valor agregado gerado neste segmento.

**Composição do Valor Agregado
Comércio Atacadista
1993**

| Ramos Comerciais | Participação % |
|-------------------------------------|----------------|
| Prod. Extrat. E Agropecuários | 0,10 |
| Prod. Aliment., Bebidas e Fumo | 97,70 |
| Prod. Quim., Farmac. E Veterin. | 1,50 |
| Prod. Text., Tecidos e Art. Vest. | 0,28 |
| Prod. Uso Dom., Const., Eletrônicos | 0,07 |
| Prod. Uso Dom., Mov., Eletrônicos | 0,21 |
| Artigos Diversos | 0,08 |
| Artigos Usados | 0,04 |
| Ativ. Admin. e Auxiliares | 0,02 |
| Comércio Atacadista - total | 100,00 |

Fonte: Calculado a partir de dados da Base Pública/Ipardes

O comércio varejista têm sua atividade distribuída nos diferentes ramos comerciais. O comércio de veículos, peças e acessórios contribui com 29,3% na composição do valor agregado deste segmento econômico.

**Composição do Valor Agregado
Comércio Varejista
1993**

| Ramos Comerciais | Participação % |
|---------------------------------------|----------------|
| Prod. Aliment. Bebidas e Fumo | 3,6 |
| Prod. Quim., Farmac. E Veterin. | 6,1 |
| Prod. Text., Tecidos e Art. Vest. | 13,3 |
| Prod. Uso Dom., Mov., Decoração | 7,5 |
| Ferrag., Mat. Const., Eletrônicos | 16,6 |
| Veículos, peças e Acessórios | 29,3 |
| Máquina e Equip. p/ Ativ. Produtiva | 10,1 |
| Combustíveis e Lubrificantes | 0,3 |
| Papel, Art. Papel. Escrit. e Livraria | 0,3 |
| Supermercados e Hipermercados | 3,0 |
| Lojas de Departamentos | 4,7 |
| Artigos Diversos | 4,3 |
| Artigos Usados | 0,2 |
| Prod. P/ Agropecuária em geral | 0,6 |
| Ativ. Admin. e Auxiliares | 0,1 |
| Comércio Varejista - total | 100,0 |

Fonte: Calculado a partir de dados da Base Pública/Ipardes

Nas atividades prestadoras de serviços o ramo de transporte contribui com quase a totalidade do valor agregado gerado neste segmento, com uma participação de 96,2%. As demais atividades, como alojamento e alimentação, comunicação, reparos, manutenção e serviços diversos contribuem com apenas 3,8%.

**Composição do Valor Agregado
Atividades de Prestação de Serviço
1993**

| Atividades | Participação |
|----------------------------------|--------------|
| Alojamento e Alimentação | 3,7 |
| Comunicação, Rádio Difusão e TV. | 0,0 |
| Repar. Manut. E Conservação | 0,1 |
| Serv. Auxiliar Diversos | 0,0 |
| Transportes | 96,2 |
| Serviços - total | 100,00 |

Fonte: Calculado a partir de dados da Base Pública/lpades

No que se refere à geração de empregos, levando-se em conta apenas o mercado formal, o setor terciário é responsável, por 67,0% dos empregos.

Pessoal Ocupado na Indústria e no Comércio - 1992

| Setor | Quantidade | % |
|-----------|------------|-----|
| Indústria | 4.630 | 33 |
| Comércio | 9.360 | 67 |
| Total | 13.990 | 100 |

Fonte: SITC/PMC e SESI

Cabe observar que a questão do emprego no Município de Campo Mourão apresenta um índice não satisfatório, haja vista que apenas 16,8% da população participam do mercado formal de trabalho. Segundo "Indicadores Analíticos" do Ipades, as cidades paranaenses que apresentam melhores desempenho neste coeficiente apontam um patamar igual ou superior a 30%.

Mão-de-Obra

O Município conta com uma população rural de aproximadamente 8.300 habitantes, sendo que cerca de 6.000 habitantes estão disponíveis para a mão-de-obra primária.

Nos Municípios da Microrregião localizados até 50 Km de distância de Campo Mourão, a mão-de-obra primária disponível é de aproximadamente 49.000 habitantes.

Minifúndios

Minifúndio é caracterizado como pequena propriedade rural com área de

até 18 ha (Padronização do INCRA para a região), cuja exploração pode ser agricultura de subsistência, com técnicas rudimentares e produtividade baixa, ou mecanizada e alta produtividade.

O Município de Campo Mourão possui 711 propriedades rurais caracterizadas como minifúndio, os quais somados aos 10.850 minifúndios pertencentes aos municípios da microrregião localizados a uma distância de até 50 Km de Campo Mourão, totalizam 11.561 minifúndios. (censo agropecuário - IBGE).

1.4 - Aspectos do Processo de Desenvolvimento

1.4.1. - Plano Diretor

Após ampla discussão com todos os segmentos sociais, Campo Mourão tem em seu Plano Diretor, um instrumento que traça metas, define objetivos e fixa diretrizes para serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazos.

Plano Diretor coordena ou organiza o futuro crescimento da cidade desde a preservação do meio ambiente até os parâmetros para construções públicas e privadas. E mais: define os setores que devem receber investimentos, tudo por base o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida dos Mourãoenses.

1.4.2. - Campo Mourão Cresce

Campo Mourão melhorou muito na economia nos últimos anos. Enquanto que em 1992 o resultado foi negativo, com o fechamento de inúmeras atividades econômicas, nos anos seguintes o resultado foi surpreendente.

Em 1995 o saldo foi altamente positivo com 602 novas atividades licenciadas e fechamento de 210. Das licenças solicitadas para abertura, 29 foram para indústrias, 258 para comércio e 315 para prestação de serviços.

Sobretudo os microempresários receberam, do poder público, um novo mecanismo de apoio. Foi criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, ou o Banco Municipal, para captar e aplicar recursos em defesa do crescimento da economia Mourãoense.

1.4.3. - PRÓ-CAMPO: Novos Empregos, Mais Avanço

Programa Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Econômico - PRÓ-CAMPO, incentiva a geração de empregos e renda através da instalação ou ampliação de atividades industriais e comercialização de produção.

Pró-Campo, é constituído pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, Distritos Industriais, Projeto Incubadoras e Projeto Pólo de Turismo.

A abertura de novos empreendimentos enriquece as oportunidades de trabalho e traz novas perspectivas de vida a população.

1.4.4. - FRI - Feira Regional da Indústria

A Prefeitura incentivou e 51 indústrias prestigiaram ao expor produtos dos

setores alimentício, têxtil, moveleiro, metalúrgico, farmacêutico, odontológico, agrícola, de reciclagem e de calçados, entre outros, a I FEIRA REGIONAL DA INDÚSTRIA, foi mais uma demonstração de como é possível produzir e mostrar os resultados.

A FRI/95, que foi realizada nas instalações do Sesi/SENAI, no Distrito Industrial I, de Campo Mourão, teve a presença de 36 empresas de Campo Mourão e acolheu 15 outras da Microregião 12 e também 01 de Curitiba e de Palotina.

1.4.5. - Estrutura de Ensino e Assistência

- a) **FECILCAM** - Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, além dos 07 cursos já existentes, para o ano de 1997, está sendo implantado o segundo curso do Brasil em Engenharia Agroindustrial, além do curso de Matemática.
- b) **ESCOLA AGRÍCOLA** - Uma das principais escolas agrícolas do Paraná, reconhecida como modelo, inclusive participando nos estudos e aprovação do mais novo implemento agrícola do País, único por assim dizer.
- c) **CEFET** - Escola Técnica Federal, já no seu segundo ano de funcionamento, inclusive já ampliando suas instalações, com os mais modernos laboratórios. Estão em funcionamento os cursos de: Técnico de Alimentos e Técnico em Edificações.
- d) **SISTEMA "S"** - Queremos destacar: Vale mais uma cidade que possui outros treinamentos como SENAI, Sesi, Sesc, SENAC, SEBRAE e SENAR, que somente a oferta de incentivos fiscais. Lembramos que Campo Mourão é privilegiado neste complexo profissionalizante e altamente bem estruturado para receberem milhares de pessoas que desejam se profissionalizar, com qualidade. É com orgulho que Campo Mourão oferece tudo isto e muito mais.

1.4.6. - Novas Agroindústrias

Entre várias indústria e novos investimentos, queremos destacar algumas empresas:

- a) **CORSETTI S/A Indústria de Alimentos** - Pertencente a um grupo de 116 anos de existência, proveniente de Caxias do Sul/RS, já está operando como agroindústria em Campo Mourão. O complexo industrial estará pronto em até 03 anos. Toda linha de industrialização da matéria-prima, como milho, soja, cevada, aveia e outros, será feito em Campo Mourão, ficando para o embalamento do produto em Caxias do Sul. Como exemplo dos compradores destes produtos, deste grupo, citamos a Quaker, Nestlé, Aveia Soberana entre outras grandes multinacionais, que certamente estarão visitando nossa cidade.
- b) **COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda**
 - b.1) **Indústria Óleo de Soja**: A COAMO já está produzindo seu próprio óleo de soja em Campo Mourão, sendo já considerado o melhor óleo de soja do País, pois possui o mais moderno parque industrial do ramo, no País, com tecnologia de ponta provenientes da Alemanha e Itália.
 - b.2) **Indústria de Açúcar**: Já está em processo de iniciação, a mais nova

indústria de açúcar do País, a da COAMO, em Campo Mourão. Previsão de investimentos na ordem de US\$ 25.000.000,00. Campo Mourão tem fonte de matéria-prima em abundância para a produção de açúcar, além da destilaria de álcool que já possuímos.

b.3.) Indústria de Óleo de Milho: Campo Mourão terá o orgulho em ser a primeira cidade do Brasil a possuir uma indústria deste ramo, 100% nacional. A COAMO investirá algo em torno de US\$ 30.000.000,00, com a mais alta tecnologia de produção do mundo. A previsão para iniciar as obras ainda em meados de 1996.

1.4.7. - Ampliação / Investimentos

Várias agroindústria em Campo Mourão estão investindo na área, melhorando, aumentando ou variando seus produtos, nas áreas de alimentos lácteos, glicose, piscicultura, ração, suinocultura, avicultura e muito mais.

II - POTENCIALIDADES

2.1 - Fatores Estratégicos de Suporte ao Desenvolvimento da Atividade Agroindustrial

O Município de Campo Mourão está localizado no Centro-Oeste do Estado do Paraná, no centro da importante região geográfica, entre os Rios Ivaí, chamada de Planalto de Campo Mourão, sua sede, a cidade de Campo Mourão, polariza grande parte dessa região.

A cidade de Campo Mourão ganha força polarizadora ao ser centro de convergência da produção rural de uma extensa região entre os Rios Ivaí e Piquiri. Colaboram para isso o seu caráter pioneiro na história da colonização regional, ao ser Campo Mourão a sede do município madre do qual desmembraram-se os outros municípios da região, como também, a centralidade geográfica aliada à extensa rede viária que tem nele o mais importante entroncamento rodoviário.

A região polarizada por Campo Mourão, segundo classificação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, é denominada Microrregião Homogênea 286 ou simplesmente Microrregião Homogênea de Campo Mourão, constituída por 24 municípios como pode ser observado na seguinte tabela:

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE CAMPO MOURÃO

| MUNICÍPIO | População Total | Taxa Urbana | Pop. Econ. Ativa | PIS per capita 1989 (Cr\$ 1,00) | Val Agr. Munic. Val Agr Estado |
|-------------------------|-----------------|-------------|------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| 01 - Araruna | 12.370 | 47,4% | 8.713 | 792.149,69 | 0,122 |
| 02 - Barbosa Ferraz | 18.366 | 59,1% | 14.000 | 262.330,30 | 0,060 |
| 03 - Boa Esperança | 6.945 | 37,9% | 5.458 | 867.163,12 | 0,075 |
| 04 - Campina da Lagoa | 20.498 | 61,8% | 14.300 | 395.852,68 | 0,101 |
| 05 - Campo Mourão | 77.899 | 90,5% | 48.482 | 789.333,39 | 0,809 |
| 06 - Corumbataí do Sul | 6.640 | 26,4% | 4.800 | 302.331,72 | 0,025 |
| 07 - Engenheiro Beltrão | 14.654 | 57,1% | 9.901 | 648.150,90 | 0,118 |
| 08 - Fênix | 5.975 | 67,1% | 4.940 | 712.159,16 | 0,053 |
| 09 - Fardol * | 4.381 | 41,8% | 2.491 | ----- | ----- |
| 10 - Goioerê | 41.499 | 67,2% | 25.755 | 1.118.638,11 | 0,627 |
| 11 - Iretama | 15.810 | 41,2% | 9.803 | 228.555,90 | 0,045 |
| 12 - Janiópolis | 10.578 | 40,1% | 8.385 | 394.815,04 | 0,052 |
| 13 - Juranda | 8.793 | 40,7% | 5.078 | 750.204,29 | 0,082 |
| 14 - Luiziana | 9.101 | 35,0% | 6.557 | 626.442,22 | 0,071 |
| 15 - Mamboré | 16.032 | 51,9% | 16.940 | 686.190,42 | 0,137 |
| 16 - Mariluz | 11.051 | 75,3% | ----- | 400.622,44 | 0,055 |
| 17 - Moreira Sales | 17.013 | 60,1% | 11.206 | 708.467,34 | 0,149 |

| | | | | | |
|------------------------------|----------------|-------|----------------|------------|--------------|
| 18 - Nova Cantu | 11.262 | 36,1% | 8.400 | 363.635,64 | 0,051 |
| 19 - Peabiru | 14.157 | 64,6% | 9.774 | 924.545,22 | 0,163 |
| 20 - Quinta do Sol | 5.590 | 60,3% | 4.956 | 660.781,40 | 0,046 |
| 21 - Rancho Alegre D'Oeste * | 3.605 | 54,0% | 2.340 | — | — |
| 22 - Roncador | 17.573 | 34,1% | 11.216 | 342.710,29 | 0,075 |
| 23 - Terra Boa | 14.244 | 63,5% | 11.300 | 405.865,21 | 0,072 |
| 24 - Ubatã | 26.830 | 68,3% | 18.755 | 826.654,54 | 0,276 |
| TOTAL | 390.866 | — | 263.550 | — | 3,264 |

Fonte: Censo Demográfico 1991 - IBGE; Indicadores Analíticos - IPARDES; PEA - IPARDES

* Últimos Municípios desmembrados: Farol (Campo Mourão) e Rancho Alegre D'Oeste (Goioerê)

Campo Mourão polariza a Microregião, principalmente, por suas atividades agroindústrias, comerciais e de serviços que atraem a produção rural regional para sua industrialização e comercialização, como também a população em procura de bens e serviços. É de se destacar o seu caráter de centro de serviços de transporte rodoviário de mercadorias e passageiros.

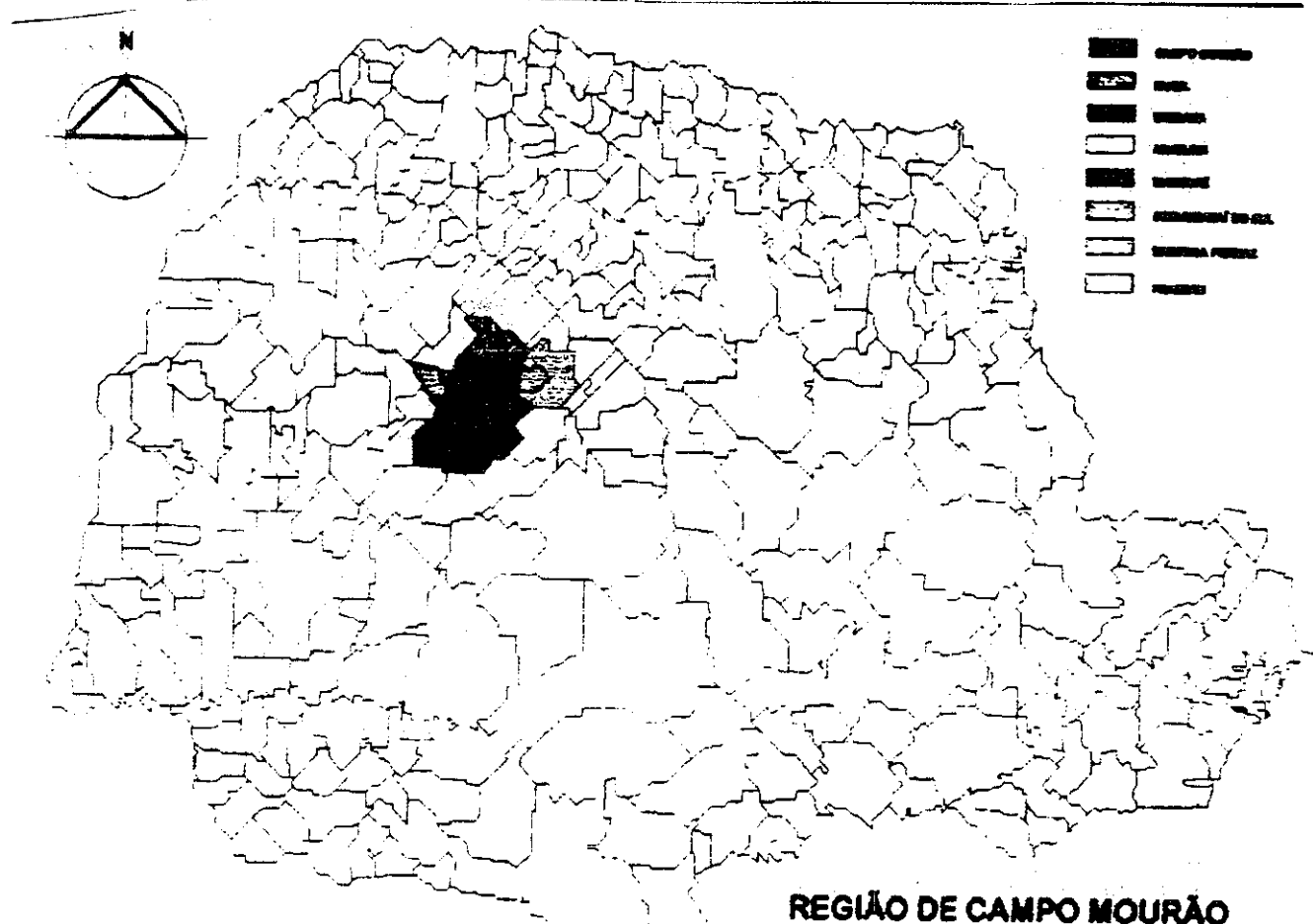
A região de influências de Campo Mourão se estende além da microrregião homônima, acompanhando as ramificações do sistema rodoviário, às da microrregião adjacentes, a leste e oeste, compreendidas entre os rios Ivai e Piquiri. Também é importante destacar os fortes vínculos com Maringá e Cascavel, importantes centros regionais, através da BR-369.

A passagem pelo Município do eixo rodoviário São Paulo - Foz do Iguaçu, com grande fluxo de cargas e passageiros, representa um potencial ainda não aproveitado em sua totalidade no que se refere a serviços de transporte de cargas e passageiros, e das possibilidades de comércio e turismo que isso significa. A importância crescente da região do extremo oeste e sudoeste paranaense, a previsão da instalação de um complexo de lazer e turismo no lago da represa de Itaipu e a via de comunicação internacional que esse eixo representa para o MERCOSUL, ressaltam ainda mais essas potencialidades.

Campo Mourão comunica-se diretamente, através desse eixo rodoviário, entre outras, com as cidades de Maringá, Apucarana e Londrina ao norte e com as cidades de Cascavel e Foz do Iguaçu ao sul. No futuro, permitirá alcançar o sistema hidroviário Rio Paraná - Rio Paraguai - Bacia do Prata. Nesse sentido, a duplicação do eixo rodoviário permitirá um aumento de fluxo de transporte.

A proximidade da cidade de Maringá, com sua disponibilidade de serviços e comércios mais diversificados e especializados, particularmente na área de educação, saúde e comércio atacadista, complementam a cidade de Campo Mourão, de forma eficaz.

No sentido Leste-Oeste Campo Mourão é atravessado pela linha rodoviária que passa por Paranaguá (principal porto marítimo do Paraná), Curitiba (Capital do Estado), Ponta Grossa, Guarapuava, Umuarama e Guaíra, completando a comunicação com todos os grandes centros urbanos do Estado. Tem-se acesso também por esta via, ao Lago de Itaipu e ao futuro sistema hidroviário Rio Paraná - Rio Paraguai - Bacia da Prata. A finalização da ponte Guaíra - Mato Grosso permitirá o acesso direto por rodovia ao Paraguai, Mato Grosso e até Bolívia.



Esta linha rodoviária Leste-Oeste permite o escoamento da produção para exploração, via Porto de Paranaguá, de uma vastas região do Paraná, Mato Grosso e Paraguai. A pavimentação da estrada do Boiadeira (BR-487) que comunica com Cruzeiro do Oeste, melhoraria os vínculos com as regiões de Umuarama e Guaíra, e adaptaria a linha rodoviária Leste-Oeste às necessidades previstas.

A necessidade de melhorias e manutenção das rodovias do entroncamento de Campo Mourão, dada a importância para região e país, leva a comprometer nessas tarefas os governos municipais, e interessados da região, juntamente aos governos estaduais e federais.

Em relação ao transporte ferroviária e acesso a Paranaguá (com a opção ferroviária adicional de alcançar São Paulo e o Porto de Santos), o Município conta com a estrada de ferro em Maringá, a menos de 90 Km. A duplicação da rodovia Campo Mourão - Maringá facilitará ainda mais esse acesso. Outra opção ferroviária a Paranaguá é a estrada de ferro em Guarapuava (230 Km) por rodovia, encurtando a distância entre Campo Mourão - Paranaguá, em relação à alternativa de Maringá, porém mais que duplicando a distância rodoviário. Finalmente, a alternativa de ir por rodovia até Cascavel (180 Km) para ai ter o acesso à Ferroeste, constituirá a terceira opção para o transporte ferroviário.

A existência de ferrovia em Maringá, a 90 Km, em Guarapuava, a 230 Km, e em Cascavel, a 180 Km, podem facilitar no futuro, a construção de um ramal ferroviário passando por Campo Mourão.

O aeroporto internacional de Maringá, em construção, e a duplicação da rodovia que acessa essa cidade, irão viabilizar a alternativa do transporte aéreo internacional para Campo Mourão e região.

Um importante fator de integração regional, e que transcende o Estado, é a Cooperativa Agrícola Mourãoense - COAMO. Com sede em Campo Mourão, a COAMO atrai grande parte da produção agrícola regional e de outros estados vizinhos, atuando em todas as etapas do ciclo produtivo: desde a pesquisa, o trato do solo, o crédito, a semente, o manejo das culturas, a colheita, a armazenagem, a comercialização, até o processamento industrial.

Através da implantação de uma ampla rede de infra-estrutura básica nas áreas de transporte, energia e telecomunicações, unindo as principais cidades do estado e do exterior, na qual Campo Mourão está inserida (no eixo entre as cidades pólos de Maringá e Cascavel), tornaria possível uma maior integração regional e internacional, colocando o Município em uma situação privilegiada para seu desenvolvimento.

É possível, portanto, ressaltar, de forma sucinta, a importância da região de Campo Mourão, como polo na produção de alimentos:

- Atravessa as mais importantes regiões agrícolas e agro-industriais do Paraná e do Brasil;
- É via de acesso internacional à países do Mercosul;
- É a principal comunicação viária entre São Paulo e Foz do Iguaçu e principal eixo econômico da região Sul e Sudeste do País;
- É um dos maiores produtores de grãos do Estado;
- É ponto de recebimento, comercialização e distribuição desses produtos agrícolas;
- Apresenta uma boa capacidade de armazenamento;
- Possui capacidade Institucional, Tecnológica, Mercadológica para atender todas as etapas do processo de desenvolvimento agroindustrial.
- Ensino, Pesquisa e Extensão através da implantação do curso de Engenharia Agroindustrial na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, sendo a partir de 1997 a 2ª Faculdade do país a oferecer este curso;
- Integração dos setores agrícola, industrial e comercial;
- Condições de integração dos mercados regional e internacional;
- Capacidade gerencial do Governo Municipal na condução de políticas que incrementem o setor Agroindustrial;
- Compatibilização da Política Governamental a nível Municipal, Estadual e Federal que apresentam no momento, condições favoráveis para o incentivo no setor.

- A importância da produção agropecuária da região de influência, a infraestrutura e equipamentos de transporte rodoviário disponíveis aliados a uma boa capacidade de armazenamento de grãos sustentam um potencial agro-industrial ainda não explorado em sua plenitude.

2.2 - Indústrias Instaladas ou Ampliadas em 1996 e previsões de empregos gerados no setor Agroindustrial.

| EMPRESA | RAMO ATIVIDADES | EMPREGOS PREVISTOS |
|-------------------------------|----------------------------------|--------------------|
| 01) CAMPO PEIXE | PSICULTURA | 120 |
| 02) CENTRO TREINAMENTO ZICO | ESCOLA DE FUTEBOL | 030 |
| 03) EMPRESA AMÉRICA | RECICLO DE LIXO | 008 |
| 04) MARITELAS IND. COM. | ALAMBRADOS | 010 |
| 05) UHREN | LAVANDERIA INDUSTRIAL | 008 |
| 06) CAMPO PLASTIC | INDUSTRIA DE PLÁSTICO | 010 |
| 07) REAL MEL | PRODUÇÃO DE MEL E COSMÉTICOS | 010 |
| 08) RECAPADORA MOURÃO | RECAPAGEM DE PNEUS | 021 |
| 09) DAVERY CONFECÇÕES | UNIFORMES INDUSTRIAIS | 050 |
| 10) FRIGOBRAS SADIA | COMPRA DE CEREAIS | 030 |
| 11) CRISTO REI PAPELÃO | RECICLAGEM DE PAPEL | 015 |
| 12) AUTO POSTO PIQUIRI | POSTO COMBUSTÍVEIS | 008 |
| 13) ARTECAM - ARTESANATO | ARTESANATO | 020 |
| 14) KI-LATTE - PRODUTO LACTEO | IOGURTE, QUEIJO E LEITE TIPO "A" | 035 |
| 15) ALIMENTOS BOKADA | PRODUÇÃO DE DOCES | 200 |
| 16) QUÍMICA BRILHO | PRODUÇÃO GLICOSE E COLA | 008 |
| 17) CRISTOFOLI EQUIPAMENTOS | ESTERILIZADORES ODONTOLÓGICOS | 025 |
| 18) IND. ALIMENTOS CORSETTI | INDÚSTRIA MILHO, AVEIA, CEVADA | 150 |
| 19) FERTIMOURÃO | PRODUÇÃO SEMENTES | 030 |
| 20) COAMO | IND. DE ÓLEO | 050 |
| 21) GERALDO E NELCI IOGURTES | IOGURTE CASEIRO | 006 |
| 22) MICRO EMPRESAS DIVERSAS | DIVERSOS PRODUTOS | 120 |
| TOTAL ESTIMADO | | 964 |

Fonte: Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo

2.3 - EMPRESAS E INDÚSTRIAS QUE ESTÃO NEGOCIANDO SUA VINDA PARA CAMPO MOURÃO OU AMPLIANDO SUAS INSTALAÇÕES

| | |
|--|------|
| INDÚSTRIA DE GUARDANAPOS DE PAPEL | 0015 |
| EMPRESA GRANDE PORTE NA ÁREA DE COMÉRCIO | 0050 |
| EMPRESA GRANDE PORTE NA ÁREA DE AVICULTURA/PARANÁ | 1500 |
| EMPRESA GRANDE PORTE NA ÁREA DE AVICULTURA/SÃO PAULO | 2500 |
| EMPRESA MÉDIO PORTE SETOR DE MÓVEIS | 0060 |

| | |
|---|------|
| EMPRESA MEDIO PORTE IMPLEMENTO AGRICOLA (PRODUTO EXCLUSIVO) | 0035 |
| EMPRESA MEDIO PORTE NA AREA CONFECCAO | 0035 |
| EMPRESA GRANDE PORTE NA AREA CONFECCAO | 0450 |
| CASTANHEIRA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS | 0200 |
| CRISTOFOLI EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS | 0045 |
| COAMO - INDUSTRIA DE AÇUCAR | 0060 |
| COAMO - INDUSTRIA DE ÓLEO DE MILHO | 0035 |
| MERCOFORM MANUFATURA DE PLÁSTICOS E DERIVADOS | 0010 |
| TOTAL ESTIMADO | 4995 |

Fonte: Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo

PROJETO DE LEI Nº 223/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, mantenedora da Escola Centro Educacional para Excepcionais, com sede e foro à Rua Maria Ozório nº 626, na Cidade de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é uma entidade beneficente e sem fins lucrativos, e cuja proposta principal é atender pessoas portadoras de deficiência mental, associada ou não a outras deficiências, na faixa etária de 00 a 30 anos, em regime de externato e semi-internato. Foi fundada em 10 de dezembro de 1992, data também da criação do Centro Educacional para Excepcionais de São Pedro do Ivaí.

A entidade funciona atualmente em sede provisória, com contrato de locação por dois anos, aluguel pago pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí, numa demonstração de retribuição aos grandes benefícios prestados pela entidade para com a população daquele município. O Centro Educacional para Excepcional, mantido pela APAE, tem suas salas de aulas divididas em grupos de no máximo 10 alunos, e para essa divisão, leva-se em conta o desenvolvimento mental, social e a idade cronológica dos educandos. A educação especial é regida pelos mesmos princípios que orientam o ensino regular. A educação especial tem como objetivo geral, o exposto no artigo da Lei nº 5692/71.

Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas especialidades como elementos auto realizador qualificação para o trabalho e preparo para a cidadania. Da educação do deficiente mental é necessário habilitar, reabilitar, educar, reeducar e profissionalizar os mesmos, visando com isso sua plena integração na família e na sociedade como pessoas capazes de produzir efetivamente.

A APAE para manter a Escola Centro Educacional para Excepcionais, conta atualmente com o seguinte quadro de funcionários para o seu bom desenvolvimento:

09 - Professores conveniados;

01 - Professor para 08 horas/aula para atividades de educação artística;

01 - Professor para 08 horas/aula para atividades de educação musical;

01 - Professor para 08 horas/aula para atividades de educação física;

03 - Funcionários para serviços gerais;

01 - Funcionário exercendo função de atendente;

01 - Funcionário exercendo função de instrutor;

01 - Professor cedido pelo Estado exercendo a função

de Diretor;

01 - Professora cedida pelo Estado exercendo a função de Orientadora;

01 - Funcionário cedido pela Prefeitura, na função de Secretário;

01 - Funcionário cedido pela Prefeitura, na função de Motorista.

Dessa forma, pelos relevantes serviços que vem prestando ao Município de São Pedro do Ivaí, nada mais justo que esta Casa de Leis, através de seus representantes, conceda o Título de Utilidade Pública, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da Cidade de São Pedro do Ivaí.

PROJETO DE LEI Nº 224/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Academia de Cultura de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 19.05.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje tem talvez uma das discussões mais importantes aí nos últimos dias, a respeito do Sistema Financeiro Estadual, com a proposta enviada pelo Governo do Estado da criação da Agência de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

O Estado do Paraná ao longo da sua estrutura e do seu tempo ele teve alguns dos instrumentos, foram criados alguns instrumentos, no sentido de promover a Região Sul, em especial o Estado do Paraná de instrumentos financeiros que dessem cabo aos investimentos de médio e longo prazo, por parte dos instrumentos financeiros criados ao longo da sua história. Assim foi o exemplo da CODEPAR, o BADEP, o BRDE do qual faz parte o Governo do Estado e hoje nós passamos a discutir a criação de uma nova modalidade que é a possibilidade da construção de uma agência de desenvolvimento.

A criação das Agências de Desenvolvimento são previstas na medida provisória do Governo Federal, uma medida provisória que veio a posteriori, depois da medida provisória que criou a possibilidade do Sistema Financeiro privado no País de ter financiamento para a adequação do sistema financeiro em função dos problemas ocasionados em função da estabilização monetária em nosso País em função do Plano Real.

Essa possibilidade dessa Agência de Fomento, está prevista na medida provisória que vulgarmente chamamos de PROES, isto é, é quase um PROER, mas é destinado ao saneamento dos sistemas financeiros públicos dos Estados.

O Estado do Paraná hoje com a possibilidade da criação da sua Agência de Desenvolvimento que prevê um instituto capaz de fomentar a indústria, a economia do Estado do Paraná, seja desde a micro até a grande e média empresa. Acho que deve ser bem-vinda por todos nós na Assembleia Legislativa.

Quero dizer aos Senhores, que em tempos atrás no Governo do PMDB, na passagem do Governo do ex-Governador Álvaro Dias, para o Governo do Roberto Requião, eu mesmo como dirigente bancário, do Sindicato dos Bancários, eu já tinha um entendimento de que o BADEP não deveria ter sido extinto como foi, porque o Estado do Paraná perdeu um instrumento de capacitação de recursos, a médio e a longo prazo, tanto dos institutos de fomento a nível público, a nível estatal, como o Banco Mundial, BIRD, etc, como também, de captação de recursos do mercado. Essa atribuição, esta atividade foi repassada para o Banco do Estado do Paraná, que já tinha sua carteira de fomento, já vinha liberando financiamento do BNDS, através do FINAME e toda a concentração de fomento foi passado para uma carteira do Banco do Estado. Essa carteira do Banco do Estado hoje, que trabalha com perto de um bilhão de reais, em investimentos de fomento ela é comendada por cerca de 80, 90 funcionários.

E hoje assistimos um projeto por parte do Governo, que prevê a solução dos problemas do passivo, isto é, de todo crédito com dificuldade de saneamento, tanto do Banco do Estado do Paraná, quanto a massa proveniente do BADEP, que hoje chega ao valor mais ou menos de um bilhão e meio. Desses um bilhão e meio o que pode ser resgatado, isso é, o que pode ser regularizado em função da discussão de novos prazos, de novas modalidades de refinanciamento das dívidas passadas, diga-se af estão incluídas também a dívida do ATALA, que hoje chega perto de 400, 500 dizem até 600 milhões de reais.

Esses créditos podres todos, créditos não podres, mas créditos de difícil recuperação, tanto da carteira do Banco do Estado, quanto da massa do BADEP, estão sendo acoplados para fazerem parte do passivo desta Agência de Desenvolvimento, desta Agência de Fomento. Isto está previsto dentro do PROER, e o Governo Federal tem uma linha de crédito que auxilia os governos e os bancos estaduais e procede, financia a recuperação desses créditos de difícil recuperação por parte do sistema financeiro público estatal. Pois bem, a discussão até onde tenho conhecimento, traria nos seguintes patamares:

O Governo do Estado do Paraná ao criar Agência de Fomento, teria capacidade de buscar recursos para o financiamento desses créditos de difícil recuperação, sendo refinanciados numa nova modalidade, isto é, 15, 20, 25 anos de prazo com uma outra taxa de juros, com a possibilidade de renegociação das multas, etc, e de poder trazer um dinheiro.

É recuperar parte desses créditos que estão de difícil recuperação. Além disso, o Governo do Estado do Paraná, através de sua agência teria hoje na ordem de perto de 500 milhões de reais, os valores podem ser atualizados. Até onde tenho as informações, depois o Deputado Valdir Rossoni, que é Líder do Governo se tiver uma nova informação poder é complementar. Mas, trará um dinheiro novo para o Governo do Estado do Paraná, para impulsionar o desenvolvimento da economia do nosso Estado.

Vamos e venhamos 500 milhões de reais, já é uma soma de recursos muito alta, muito significativa, para ajudar o desenvolvimento da nossa economia no Estado do Paraná. Este dinheiro, é um dinheiro que vem com taxas de remuneração baixa e vem financiado a longo prazo, pelo Governo Federal. Acho que é um recurso do qual o Governo do Estado do Paraná não pode abrir mão. Então, neste aspecto de que a agência de fomento por um lado ela limpa o antigo BADEP, ela limpa a carteira de fomento do Banco do Estado. De certa maneira o banco público estadual num outro ramo do qual já tem uma certa especialidade que é uma agência em cada cidade, é uma prestação de inúmeros ser-

viços para a comunidade e é a alocação de recursos com retorno de médios e curtos prazos. Isto é, não há risco concentrado por parte do Governo do Estado, porque ele retira a sua capacidade de fomento e, simplesmente, transfere isso para um novo organismo que seria essa nova agência. Este lado acho que é um lado altamente positivo da mensagem do governo, em dois aspectos:

1º - A possibilidade de trazer recursos novos a juros baixos e uma modalidade de pagamento muito de acordo com as nossas capacidades - 15, 20 anos. E a possibilidade de deixar o Banco do Estado do Paraná, um banco com uma vocação mais comercial, um banco com uma prestação de serviço com a comunidade, principalmente para o pequeno e médio investidor, deixa o banco numa situação muito mais tranqüila do ponto de vista financeiro e do ponto de vista econômico. E, ademais, acho que o banco do Estado do Paraná não deve proceder operações de investimento a médio e a longo prazo concentrando recursos e concentrando riscos que não é o perfil desse banco. Não é um banco com uma vocação tipicamente de investimento, pelo contrário, é um banco mais comercial.

Estamos apresentando algumas emendas a este projeto. Preocupa-nos muito alguns aspectos dessa mensagem enviada pelo Governo do Estado. Se ela tem um lado bom que traz recursos novos para o Estado do Paraná, recursos baratos, se ela tem o lado bom que, de certa maneira, faz um saneamento do nosso banco, da maneira como está, simplesmente, o projeto, tenho algumas preocupações de que o governo percebendo essa possibilidade de trazer esses recursos novos e de fazer o saneamento nas suas instituições financeiras, BADEP e Banco do Estado, não tenha se apercebido e não tenha acoplado no bojo desse projeto de lei, uma preocupação um pouco mais perene. Isto é: queremos, realmente, que a agência de fomento seja um instrumento que possa estudar, que possa planejar, que possa contribuir decisivamente com as operações de crédito, que são importantes para impulsionar a economia ao longo dos próximos dez, vinte, trinta anos no Estado do Paraná. Queremos que seja um instrumento permanente do desenvolvimento, impulsionador do desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

Conversei com pessoas do Governo do Estado, de que essa agência de desenvolvimento seria uma estrutura enxuta. E quando perguntei o que seria uma estrutura enxuta, seria uma estrutura que teria vinte funcionários, vinte e cinco funcionários e que, depois, como ela procederia para fazer a operacionalização desses recursos perto de um bilhão de reais, perto de oitocentos milhões de reais? Presidente, peço para usar o Grande Expediente.

Obrigado! A preocupação que tenho é de que quando uma agência vai analisar um projeto, vamos supor, na Cidafomento ela vai analisar um projeto, vamos supor, na Cidafomento de Campo Mourão. Lá tem um empresário que quer fazer uma ampliação do seu frigorífico ou um empresário quer implantar na região de Campo Mourão um frigorífico abatedouro de suínos. Ora, o projeto para receber um milhão, dois milhões de reais de crédito ele precisa ter uma análise técnica, precisamos saber se aquela região é uma região que comporta esta atividade econômica etc. Enfim, se há estrutura geográfica capacitada, uma série de requisitos para que este projeto tenha o aval de uma agência de fomento. Pois bem, com vinte e cinco funcionários não fazemos isso! Nem aqui e nem em lugar nenhum do mundo foi feito. O Banco do Estado tem uma carteira de fomento de oitenta funcionários. O antigo BADEP, apenas para comparar, tinha uma estrutura de trezentos e cinquenta funcionários. Investiu no corpo técnico, preparou as pessoas, financiou cursos e a mesma coisa acontece com os técnicos do BANESTADO. Porque um projeto desses mal elaborado e um parecer técnico dele mal feito, significa o seguinte: uma atividade empresarial e aporte de recursos públicos que não logrem êxito. Isso é mal para a comunidade, é mal para o Governo do Estado, é mal para todos nós!

Estou muito preocupado com essa possibilidade da agência de fomento contratar convênios. Porque se são recursos públicos, se são recursos provenientes do BNDES ou são recursos que venham do BIRD, do Banco Mundial ou venham de qualquer agência de fomento ou venham até o

mercado externo a juros baratos, não posso transferir para uma empresa, um corpo técnico da iniciativa privada, por exemplo, analisar um projeto se ele é viável ou não. Que controle terei a respeito dessa assessoria que contratei? Porque sempre tem os dois lados. Tem o lado da ótica pública que está preocupada de que o investimento seja alocado para gerar emprego, para aumentar a empresa, mas, também, tem aquele outro lado de um empresário que está com problemas de capital de giro, só, e faz uma maquiagem no seu projeto para conseguir dinheiro de juros baixos, com prazo longo de pagamento e não vai gerar emprego nenhum. E este corpo técnico que fez a análise do projeto não tem vinculação nenhuma com o Estado. É apenas um convênio estabelecido entre a agência de desenvolvimento e um instituto técnico qualquer. Então esta possibilidade de permitir que o assessoramento técnico, que a viabilidade técnica dos projetos fiquem à cargo de convênios que não sabemos com quem será feito, acho que é um risco muito grande que o Estado corre, ao permitir que somas altíssimas de recursos sejam viabilizadas para projetos sem a certeza da sua implantação. Não quero dizer com isso, que um projeto avalizado pelo corpo técnico público tem uma garantia de realização, mas que, pelo menos, tenhamos de quem cobrar a responsabilidade da viabilidade desse projeto ou daquele projeto. Como são recursos públicos me preocupa muito isso. Não há agência de fomento que funcione com vinte pessoas. É para cuidar do patrimônio de perto de dois, três bilhões de reais que nós estamos tratando nesta discussão.

Espero que possamos discutir com o Governo e ver uma fórmula para que o corpo técnico, que há anos o Estado sem gastar um recurso sequer, há anos o Estado investiu recursos programando pessoas, estimulando o seu desenvolvimento intelectual e de conhecimento dos problemas do Estado do Paraná, de que essa agência de fomento possa fazer uso desses recursos humanos que já existem na malha administrativa do Estado, não precisam ser contratados por concurso público e que não vai demandar um custo maior para o Estado.

Entendi que a Agência de Fomento poderá fazer convênio com o Banco do Estado para a rede do banco alocar recursos. Convênio acho bom que faça com o Banco do Estado. Mas queria saber, primeiro, se colocarmos na lei que ficaria restrito a órgãos públicos. Porque se ficar a instituição privada podendo fazer esse convênio, aí tenho muitas preocupações. Porque aí vai ser um organismo que não vai ser o Estado que vai estar fiscalizando, que vai dar um parecer para que o gerente ou o diretor do banco ou o diretor da agência de fomento libere o dinheiro, sem controle nenhum nosso. Então a minha preocupação tem esses dois aspectos, acho que é uma preocupação que vários Deputados aqui também têm em relação as possibilidades desses convênios. Não sou contra os convênios: mas eu gostaria muito mais de que essa Agência de Fomento já salsse com uma estrutura modular mais garantidora do seu funcionamento para sempre, do que simplesmente do que está no bojo da lei.

Vou dar um exemplo: um grupo de pessoas que pensará aonde vai alocar os recursos e como vai alocar os recursos, se é para a área da indústria pesada, para a área da indústria metal mecânica, para a área da agricultura e dos seus derivados, ou para a agropecuária, em quais regiões do Estado, como é que está o desenvolvimento, o que se prevê para os próximos anos? Qual é o impacto do Mercosul? Da economia do Mercosul na economia do Estado do Paraná?

Ora, meus caros colegas! Precisa ter um corpo de pessoas que pense isso cotidianamente, e que tenha sempre atualização de dados a respeito da condução econômica que a economia própria do Estado e da região sul do nosso país está tendo, e para isto precisa ter um corpo técnico, e na forma como está na lei não prevê.

Então, uma das emendas que nós estamos pensando ao projeto é a seguinte: ela diz: que a agência de desenvolvimento poderá ao assumir o passivo do BADEP e ao assumir o passivo da Carteira de Fomento do Banco do Estado, ela poderá também assumir os recursos humanos do BADEP e do Banco do Estado.

Já vou dizer claramente: do Banco do Estado são cerca

de 80 funcionários que já são pagos pela estrutura pública do Estado, do BADEP tem 15, o resto não tem mais, são 15 pessoas, que é uma atendente de telefone e tal, mas tem dois ou três técnicos do BADEP, de profundo conhecimento na área de investimento e fomento, que eu acho que interessa para nós que eles venham trabalhar na Agência de Fomento. Então, essa possibilidade tem que estar prevista na lei, mesmo que isso não ocorra, mas a possibilidade, que quando o Governo do Estado for fazer o Decreto regulamentador da Agência de Fomento, o seu Estatuto Social, se não tiver essa previsão na lei, terá que fazer concurso público. Então a possibilidade jurídica de nós escaparmos de um concurso público que venha onerar o Estado e que nós possamos aproveitar o corpo técnico já existente, é nós pensarmos numa emenda próximo a isso do que eu estou tentando relatar aqui aos senhores.

Com a palavra Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Vanhoni, fico satisfeito em ouvi-lo e ver a sua posição e a sua preocupação. É vontade do governo, de criarmos agência de desenvolvimento, de fomento e fazermos algo que venha de encontro aos interesses do Paraná. Todos nós sabemos da necessidade que hoje as empresas paranaenses padecem da falta de um mecanismo de apoio de financiamento.

Quero me colocar a disposição de V.Exa. e dos Parlamentares aqui presentes e nós poderíamos rapidamente, marcarmos para amanhã cedo, por volta das 9 horas uma reunião com o Secretário Salomão, aonde nós pudéssemos conversar, discutirmos, aperfeiçoarmos esta lei porque sei a posição do Governador Jaime Lerner, ele nos disse que era para abrir a discussão quanto a esta questão, e que o Secretário Salomão se colocasse a inteira disposição, para aperfeiçoarmos esta lei que viesse de encontro aos interesses do Paraná.

É natural que algumas posições que V.Exa. coloca, nós precisamos discutí-las para que se possa chegar num ponto comum, porque existem diversos ângulos que podem ser vistos quando V.Exa. coloca aqui a questão dos técnicos do BADEP. Nosso medo e a nossa preocupação é de criarmos uma Agência de Fomento enxuta, que nós não transformemos essa Agência de Fomento num cabide de emprego. Nós queremos essa Agência enxuta. Também é interesse nosso usarmos a estrutura do BANESTADO, que já existe em todo o Estado do Paraná.

Mas, acredito que nada melhor do que conversarmos com quem entende profundamente dessa questão, que é o Secretário Miguel Salomão, Secretário da Fazenda. E colocamos a disposição de V.Exa., assim os nobres parlamentares entenderão, para que logo amanhã cedo nós pudéssemos discutir essa questão, porque esse projeto está em 1ª discussão, amanhã entrará em 2ª discussão, onde teremos a oportunidade de emendá-las e nós temos o interesse de fazermos a tramitação desse Projeto o mais rápido possível, para que nós possamos, dentro do prazo exigido pela medida provisória, nós possamos enquadrar o Estado do Paraná, para não perdermos essa grande oportunidade.

Obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI - O prazo que o Deputado Valdir Rossoni faz alusão, ele se encerra no dia 31 de junho, e não já nada, pelo menos, por enquanto de que possa ser prorrogado esse prazo.

Então, compartilho desse mesmo afã de aprovar este Projeto, e pode ter certeza a sua iniciativa de trazer o Secretário Miguel Salomão é bem-vinda e teremos a oportunidade de discutir com o Secretário que está à frente desse projeto, da elaboração desse Projeto, da possibilidade de emendá-los no sentido de aperfeiçoar.

Uma outra preocupação que trago, que faz parte também uma emenda que nós estamos trabalhando, é de que o Conselho que administra essa agência de desenvolvimento, ele está restrito, única e exclusivamente, aos organismos do governo, isto é, a sociedade civil está alijada do processo de discussão do Conselho de Administração. Não é quem vai decidir, quem vai implementar as políticas de fato, mas quem poderá ser ouvido para entender os problemas do Estado do Paraná.

Então, nós estamos colocando uma Emenda que tenha, mais ou menos objetivos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná. Qual é? De que a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, faça parte desse Conselho, de que a Federação da Agricultura faça parte desse Conselho e que outros organismos de classe também dos trabalhadores, também se representem nesse Conselho, como no Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado já faz parte, quer dizer, é uma maneira. Por quê? Se é para pensar o fomento, se é para pensar ao longo do processo de desenvolvimento que nós vamos ter daqui para frente, nada melhor de que o Estado traga a iniciativa privada, traga os órgãos de representação da sociedade, traga os órgãos de representação estadual, traga para dentro desse Conselho para poder ouvir a opinião deles a respeito dos problemas e das possibilidades do nosso Estado. Essa é uma outra Emenda que nós estamos apensando a esse Projeto, e gostaríamos de discutir com os Senhores Deputados.

E mais uma só, que eu gostaria de fazer alusão, o restante nós abrimos para discutir no dia de amanhã, mas que diz respeito ao financiamento dessa agência, isto é, que ela tenha um pouco mais de recursos ao longo da sua história. Então, nós em consulta com economistas, depois de uma longa discussão, com pessoas que estão ligadas a mecanismos financeiros como esse no nosso País, a sua história é mais recente, a Emenda que nós trazemos é de que na peça orçamentária do Estado do Paraná, nós que possamos fixar um percentual, seja de 0,5, de 0,8, de 10, mas um percentual que venha lastrear o fundo que vai dar conta dos recursos permanentes da Agência de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

E a outra cláusula, é que um percentual desses recursos tem uma certa prioridade para a micro e para a pequena empresa do nosso Estado.

Então, são essas as observações, a grosso modo, que eu vim trazer aqui para ser objeto de nossa reflexão.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado Ângelo Vanhoni, V.Exa. com muita prioridade, aliás, antecipou para o dia de hoje uma discussão que eu até pretendia fazer amanhã, quando o Projeto da criação da agência de Fomento entrasse em 2ª discussão, mas, muito próprias as suas palavras, com profundo conhecimento que V.Exa. tem da matéria até por ser funcionário do Banco do Estado do Paraná e ser alguém interessado no desenvolvimento da nossa economia, aborda temas com relação à criação da Agência que são muito próprios porque nós aqui temos, e já iniciei até um processo de negociação com o Deputado Valdir Rossoni, porque o modelo que o Governo Federal encontrou para extinguir os Bancos estaduais é a criação das Agências de Fomento em todo o País, o BANDEP lá do Governo de Pernambuco do Governador Miguel Arraes deixará de existir e no lugar é criado uma Agência de Fomento, este mesmo modelo está sendo seguido no Brasil inteiro, não é seguido no Paraná porque aqui nós temos um Banco, o Banco do Estado, um banco relativamente equilibrado, mais relativamente, ultimamente do que anteriormente, mas continua um banco ainda em boas condições, mas este formato que o Governo Federal encontrou para estimular a economia do País inteiro é uma forma muito interessante e restam algumas dúvidas especialmente se a agência será ela, terá caráter de Agente Financeiro ou não, porque se a responsabilidade do repasse do tomador final ficar com o Agente Financeiro BANESTADO aí é de se questionar de fato profundamente o modelo que o governo propõe, além disso, todos nós sabemos que a área de fomento de qualquer instituição financeira tem que ser feita por profissionais altamente qualificados, treinados, preparados, com experiência, é uma capacitação profissional extremamente difícil de ser feita, no Paraná nós não temos mais do que uma centena de profissionais qualificados e certamente a maioria absoluta destes profissionais estava no extinto BADEP, alguns já foram até absolvidos na carteira de Fomento do nosso BANESTADO e certamente se o projeto não prevê a possibilidade de incorporação destes recursos humanos altamente qualificados, certamente não será com a terceirização que vai se fazer na verdade a concessão de crédito e

análise de Projetos de média e longa duração, até porque os recursos que a Agência vai trabalhar não são recursos, salvo até a emenda que V.Exa. propõe orçamentária, são recursos do Governo Federal, essencialmente do BNDS, recursos do FAT, ou seja, já tem todo um modelo já carimbado de aplicação destes recursos, naturalmente hoje nós temos duas instituições funcionando, o BRDE que faz o repasse para projetos, para grandes projetos de fomento e o BANESTADO Carteira de Fomento que financia máquinas, equipamentos, enfim, fundamentalmente trabalha com as operações de FINAME, então, quero crer que o modelo que está se propondo da criação da Agência não pode ser, na verdade uma conversa que me preocupa muito, da estrutura leve, na verdade é leve em termos porque atrás dela viria a terceirização de serviço, é impossível administrar a carteira, V.Exa. sabe disso, a carteira de fomento do BANESTADO de quase um bilhão e trezentos milhões de reais com 25 funcionários, é rigorosamente impossível este tipo de gestão administrativa, então quero crer que V.Exa. com muita capacidade de discussão, aprofunda na verdade esta questão da criação da agência e ao mesmo tempo quero crer que precisamos ter bem claro que os agentes todos que estão trabalhando, parece-me que algumas emendas já foram incorporadas pela Comissão de Justiça que é a participação dos Órgãos de Representação Empresarial do nosso Estado mas, que quero crer, que deveria se ter uma gestão muito mais ampla do ponto de vista da participação da sociedade, não só dos empresários mas os trabalhadores, neste processo de discussão da concessão de crédito de grandes Projetos e de financiamento, é claro, de equipamentos, máquinas, para empresas paranaenses que estão em fase de expansão, então, acho que o Deputado que até deveria ser secretário Valdir Rossoni, mas ele coloca esta questão da discussão com o Secretário Miguel Salomão acho da maior importância, até porque quero crer que ele anuncia a criação de uma nova Secretaria, embora não está bem claro, parece que isto vai concorrer com a Secretaria de Indústria e Comércio que é a Secretaria preparada para discutir as questões do desenvolvimento econômico do nosso Estado, mas isto é uma outra discussão. Mas quero crer que V.Exa. tem absoluta razão nos pontos que levanta e as emendas que V.Exa. inclusive tenho emendas muito próximas, parecidas com o que V.Exa. tem, vamos até discutí-las conjuntamente, para que possa ser consensual aqui nesta Casa a aprovação destas emendas e que o projeto possa ser melhorado, porque ele é extremamente importante para a economia do Paraná e eu quero parabenizar V.Exa. pelo nível de discussão que trava aqui nesta Casa.

O Sr. José Maria Ferreira (Permite um aparte, Deputado?) (Assentimento)

Agradeço o aparte que V.Exa. nos concede e quero parabenizá-lo pela oportunidade que oferece à Casa de uma análise equilibrada e de conhecedor que é da situação de mercado financeiro no Estado do Paraná, trazer algumas considerações que entendo ser hoje de extrema necessidade e importância.

O Paraná é sabido hoje padece de uma instituição que possa alavancar o processo de desenvolvimento e mais do que nunca se faz necessário reconstruir uma instituição que possa dar continuidade aos investimentos que o Paraná tanto carece e tanto necessita.

V.Exa. tece comentários com relação a participação e abertura e a preocupação de que esta agência ficasse apenas dentro, representasse muito mais uma instituição governamental, mas que ela pudesse abrir. Também divido com V.Exa. a mesma preocupação e parabenizo o Líder do Governo pela abertura que faz, logo de imediato, já permitindo que amanhã pudéssemos fazer uma reunião com o Secretário Salomão e colocar e com certeza melhorar este projeto.

Outra questão que vejo com um grau de acentuado interesse é conhecer o passivo e o ativo, tanto do FDE, como do BADEP. Esta agência é extremamente importante para o futuro do Paraná e sugeriria e pediria ao Líder do Governo que amanhã no encontro com o Secretário Salomão ele já estivesse de posse alguns valores e informações a respeito tanto do BADEP, do liquidante, e também com relação ao FDE, porque hoje é um fundo que a despeito desta Casa ter

acesso a fiscalização, nós não conhecemos a origem desses créditos e não conhecemos também o ativo dessa instituição e é importante para que ela possa com grandeza esta Casa inserir dentro da discussão também solicitar esta discussão.

Outra questão, a questão do Estatuto, é importante que nós tenhamos pelo menos uma estrutura básica do Estatuto para que conheçamos de antemão qual vai ser a administração, como vai ser regida, como isto vai se dar lá na ponta. Então, são algumas questões que gostaria que amanhã na discussão fossem abordados, caso eu não me fizer presente, mas solicitei ao Líder do Governo que me incluísse na Comissão que vai falar.

E a outra é da responsabilidade que tem esta Casa em procurar oferecer ao Paraná e especialmente ao setor produtivo a preocupação de só não concentrar em grandes investimentos, mas sobretudo pulverizar nos pequenos e médios investimentos não só na região metropolitana ou nas grandes cidades, mas atendendo sobretudo o pequeno investidor do interior do Estado.

Parabéns por trazer esta discussão e o Romanelli também fez observações ponderadas e que com certeza esta Casa refletirá amanhã num consenso de uma melhoria ao projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado José Maria Ferreira, esta preocupação que o senhor tem é uma preocupação de todos nós Deputados.

O Deputado Romanelli faz uma alusão em relação ao BADEP, do Estado de Pernambuco que está fechando o Banco e está criando uma agência de fomento, uma agência de desenvolvimento nos mesmos moldes do que esta, mas esta discussão não está se dando da mesma forma aqui no Paraná. Pelas informações que tenho não é a privatização do Banco do Estado que está como moeda de troca para a criação da agência de fomento, pelo contrário, acho que nessa negociação com o Governo Federal, pelas informações que tenho, posso estar enganado, mas pelas informações que tenho o Governo do Paraná está procedendo a constituição de um banco de fomento, mas com a permanência de um banco, é um banco que não tem grandes problemas econômicos, como o Banco do Estado do Paraná, um Banco comercial que vai poder continuar existindo do ponto de vista, de oferecer serviços públicos à comunidade, seja ele na captação de recursos, e a locação desses recursos em investimentos de retorno rápido, para financiamento da pequena e da média empresa no Estado do Paraná inteiro. Então, não é a mesma discussão. Acho que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná não aprovaria e não teria uma boa vontade de fazer uma discussão se a finalidade de agência de fomento fosse a extinção do Banco do Estado do Paraná, pelo contrário, acho que o Governo do Estado do Paraná está procedendo essa negociação com o Governo Federal de uma maneira muito equilibrada, de uma maneira muito correta, no sentido de buscar recursos novos e enxugar o Banco do Estado de problemas e o antigo BADEP, e ao mesmo tempo criar um instrumento de fomento, que na minha visão não se coaduna com o banco comercial...

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Vanhoni, mas este não foi em nenhum momento a colocação que fiz.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Não, concordo com V.Exa., só estou fazendo uma referência à analogia que o Deputado Romanelli fez em relação ao Estado de Pernambuco. É uma outra realidade, é um outro banco, são outros problemas que lá existiram.

Quero dizer aos senhores o seguinte: as emendas que estamos apresentando, acho que nós Deputados, amanhã quando o Secretário vier, Deputado Romanelli, acho que devemos fazer o seguinte, buscar o consenso entre nós Deputados, seja da situação ou da oposição, mas criado um consenso, acho que fruto de uma discussão com o Secretário, aquilo que nós pudermos fazer de consenso como uma emenda do conjunto dos Deputados, que os Deputados retirem as suas emendas individuais, ou coletivas de Bancadas, e possamos consubstanciar algumas modificações em conjunto da Assembleia Legislativa. Essa discussão interessa ao Paraná para o seu futuro, não é para o Secretário Miguel Salomão, que hoje é Secretário e amanhã pode não

ser; não é para o Deputado Ângelo Vanhoni, que hoje é Deputado e amanhã pode não ser; é para o Paraná do futuro. Então, por isso acho que esse desprendimento, a Bancada do Partido dos Trabalhadores está aberta para isso, e acredito que todos os Deputados também pensam da mesma forma.

Um aparte ao Deputado Nelson Tureck e logo após ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. NELSON TURECK - Deputado Ângelo Vanhoni, fiquei muito contente quando Vossa Excelência disse que o Governo do Estado do Paraná está negociando corretamente com o Governo Federal para trazer, viabilizar os recursos, tanto do BIRD, tanto na área de financiamentos internacionais como do Governo Federal. E temos visto, e aproveitando esse seu discurso hoje desse projeto tão importante que vem a essa Casa de Leis, um projeto de futuro do Estado do Paraná. Aquilo que o Governador Jaime Lerner dizia, que ele queria um banco de fomento, a industrialização de fomento, a agricultura para que esse Estado desse um salto, para que mostrássemos ao resto do País que o Paraná é um Estado viável, que o Paraná é um Estado que produz. Muito bem, o que pudemos ver agora? O Paraná em apenas dois anos de Governo Jaime Lerner é o primeiro Estado do Brasil que teve um crescimento já na industrialização, passando Santa Catarina que é um Estado industrializado, Rio Grande. Então, isso nos orgulha muito, é por isso que quero tecer esse comentário da industrialização e dessa agência de fomento, a economia social desse Estado do Paraná, temos a certeza: com esse crescimento que já foi agora dois anos, com esse projeto importante para o futuro do Estado do Paraná, acredito numa coisa aqui Srs. Deputados, Deputado Vanhoni, tenho certeza que a industrialização do Paraná vai crescer quarenta anos em quatro anos hoje, e tenho certeza que todos os nossos Deputados hoje vão votar a favor desse projeto porque é o crescimento, é o fortalecimento, a geração de emprego, distribuição de renda. Então tenho a certeza momento oportuno o seu discurso elogiando o nosso Governo do Estado do Paraná, pelas suas negociações e por este projeto importante.

Era isso Deputado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Só para concluir, Sr. Presidente, queria fonecer um breve, pequeno, mas importante aparte do Deputado Joel Coimbra, Presidente da Comissão de Justiça, tem a oferecer ao nosso Plenário.

O SR. JOEL COIMBRA - Nobre Deputado Ângelo Vanhoni, inicialmente louvamos o empenho e a forma admirável que V.Exa. discorre sobre esse projeto de tanta importância para o Paraná, e para os trabalhadores paranaenses.

Vejo com entusiasmo a criação desta agência, na medida em que percebo que ela irá trazer aquelas operações que necessitamos: financiamento de capital fixo, de capital de giro para estimular o desenvolvimento. Porque sabemos que não é possível estimular o desenvolvimento. Porque sabemos que não é possível estimular o desenvolvimento sem linhas de crédito de longo prazo, com encargos compatíveis com a produção e com a produtividade.

Percebi, quando V.Exa. manifestou a preocupação com relação à estrutura funcional, e, apenas para esclarecer, e na linha já colocada do Deputado Valdir Rossoni, quando o Secretário Miguel Salomão fala de uma estrutura enxuta, evidentemente, venham ser incorporados um conjunto de funcionários, e até mesmo os passivos trabalhistas de outras entidades, criando assim uma série de problemas que acabam por inviabilizar ou pelo menos para dificultar sua atuação.

No entanto, é evidente, que ele deixou aberta essa possibilidade de conversar, especialmente, ele deixou bem claro, que um dos pontos, onde ele pensa em aproveitar, estão exatamente aqueles valiosos funcionários do BADEP, e da Carteira de Fomento do BANESTADO.

Outro aspecto que V.Exa. colocou diz respeito a participação da iniciativa privada, a Comissão de Constituição e Justiça foi procurada por representantes deste setor, e aprovamos. Inclusive está na Ordem do Dia, talvez não foi passado, e não conversamos. Então, não foi possível informar V.Exa., onde no artigo 5º, a Comissão de Constituição e

Justiça aprovou uma emenda exatamente, no sentido de que fôssemos colocados nessa agência de desenvolvimento, no seu conselho, representantes da FIEP, da FAEP e da FAPCIAP.

Essa questão me parece, em parte, reponder a preocupação de V.Exa.

Por último, nobre colega, dentro da linha de preocupação colocada pelo Deputado Romanelli, a respeito da função das agências do fomento, é bom lembrar que a resolução do Banco Central número 23/47, que trata da criação das agências de desenvolvimento ou agência de fomento, ela discrimina no Parágrafo 1º, do seu Artigo 1º a seguinte característica:

- As agências de fomento ou de desenvolvimento não são instituições financeiras, E diz a resolução vedada a sua transformação em qualquer tipo integrante do sistema financeiro nacional, estando, entretanto, subordinadas a supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil.

Outro aspecto interessante está no artigo 2º, quando diz que as agências de fomento ou de desenvolvimento só podem praticar operações de repasse de recursos captados no país e no exterior originários do seguinte:

- fundos constitucionais;
- orçamento dos estados e municípios;
- organismos e instituições nacionais e internacionais de fomento.

Por fim no Artigo 4º diz taxativamente, que são vedadas as agências de desenvolvimento ou de fomento:

- acesso à conta de reserva bancária no Banco Central do Brasil;
- captação de recursos junto ao público;
- contratação de depósitos interfinanceiros, na qualidade de depositantes ou depositária;
- aplicação de recursos com rendimento inferior aos custos de captação.

Então temos um conjunto de legislação que disciplina a criação dessas agências, evidentemente que elas serão criadas em todos os Estados, elas são o substituto dos bancos de fomento, é a característica dessa nova reformulação que está sendo feita. Mas elas estão também vinculadas a uma legislação que sobordina a sua atuação.

E, finalmente, manifesto aqui o nosso aplauso, por esta idéia, por esta sugestão de podermos sentar, conversar, debater com o Secretário e sair, quem sabe, o substitutivo que contemple a todas as correntes representadas aqui nesta Assembléia. Afinal de contas, em última análise, contemplar o interesse do povo do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Eu é que agradeço, acho que esta discussão se inicia hoje e amanhã temos mais um passo. Quero dizer ao Deputado Valdir Rossoni, acho que em nome de todos os Deputados aqui da Assembléia, que amanhã a reunião pela manhã com o Secretário de Finanças, Sr. Miguel Salomão, acho que será muito proveitosa, porque vamos poder tirar algumas dúvidas e poder chegar a alguns consensos em relação a uma série de emendas e aperfeiçoamentos que alguns deputados têm em relação a criação a este novo instituto para promover o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná e que está sendo objeto de discussão e de criação, aqui na Assembléia Legislativa do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário da liderança do Grande Expediente e a sua inscrição no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier. Antes porém anunciamos em nosso meio a presença do Deputado Federal, Ricardo Barros, que mais uma vez conosco divide a responsabilidade da troca de idéias e posições na Câmara Federal do nosso País do nosso Estado do Paraná.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. No dia 10 de maio a imprensa divulgou que o Governador Jaime Lerner, por decreto, estava reajustando os salários dos cargos de confiança em 137,64%. Diz a imprensa que o Governador com isso objetivava atender os cargos de

confiança, sob a alegação dele que ele tinha que fazer um tratamento isonômico com os funcionários de carreira.

Alegação esta inconcebível, porque funcionário de carreira entra no Estado entra no serviço público através de concurso e não por portas, às vezes arrombadas. Os funcionários de carreira após longo tempo é que têm assunção funcional para chegar e gozar desses direitos.

E quando esses funcionários de carreira se mobilizam para buscar reajuste ou mesmo reposição de perdas salariais, geralmente a alegação do governo é que não tem dinheiro para dar este reajuste. E agora, concedeu um aumento que vai representar um impacto sobre os cofres públicos de aproximadamente 635.000 reais.

E sob a alegação que não tem mais dinheiro para os demais servidores ele nunca dá o reajuste adequado. Reajuste de cargos de confiança, Srs. Deputados, tem que ser mandado para que esta Assembléia vote assim reza o Artigo 63, inciso 8º da Constituição do Estado! É decisão desse Parlamento votar por reajustes, a mensagem é governamental mas este Parlamento tem que ser ouvido, este Poder Legislativo tem que ser ouvido!

Em função disso não ter ocorrido estamos dando entrada hoje na Mesa da Assembléia Legislativa, de um decreto legislativo que suspende o decreto do Sr. Governador, assinado no dia 07.05.97. Entendemos que se falta dinheiro para os demais servidores, se outros servidores vivem na penúria, vivem alguns deles inclusive passando fome, o governador fica atendendo aqueles apaniguados, aqueles que provavelmente serão e são os seus cabos eleitorais, e que não trabalham, geralmente não são todos, mas alguns deles não ocupam cargo de carreira no serviço público.

Esse Decreto Legislativo visa atender a normalidade constitucional, visa fazer com que esse Poder seja ouvido e mantenha sua independência. Por isso é que apresentamos e gostaríamos que fosse tramitado em regime de urgência, uma vez que o Senhor Governador concede esse reajuste retroativo a 1º de abril. Queremos que esse Decreto seja votado o mais rápido possível, para que nenhum desses funcionários tenha que, posteriormente, devolver dinheiro, porque tenho certeza que esta Casa vai manter a sua independência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa intenção era de trazer a discussão desse assunto no dia de amanhã, mas tendo em vista o pronunciamento do Deputado Ângelo Vanhoni, os apartes que foram aqui formalizados, entendemos como necessário pronunciarmos já a partir do dia de hoje. Estamos discutindo hoje aqui na Assembléia, a criação da Agência de Desenvolvimento, mais conhecida por nós como Agência de Fomento do Estado do Paraná. É evidente, e tenho certeza que todos nós Parlamentares desta Casa, estamos de pleno acordo que o Estado do Paraná deva ter o seu instrumento de fomento. Seja fomento agropecuário, fomento comercial, fomento industrial, mas sem sombra de dúvida deve o Governador do Estado ter mecanismos à sua disposição para fomentar a economia do Estado do Paraná.

Foi assim, e tenho certeza, quando ainda no Governo Ney Braga se instituiu a CODEPAR que depois se transformou em BADEP, que depois em processo de liquidação veio a se transformar na carteira de fomento do Banco do Estado do Paraná. Foi assim quando os Governadores instituíram a nível de CODESUL, a nível de região Sul o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - o BRDE. E entendemos hoje que a criação da Agência de Desenvolvimento, a Agência de Fomento, em substituição a carteira de fomento do BANESTADO, ela vem como já disseram aqui os que antecederam, para dar ao Estado do Paraná e a sua gente, uma condição de desenvolvimento maior e melhor do que aquilo que tem até hoje.

Tenho convicção pessoal de que com alguns ajustes que a nossa Bancada e outros Senhores Parlamentares haverão de propôr, tenho certeza que haveremos de aprovar

esta Agência de Desenvolvimento, até porque ela, em momento algum, vem contrariar aquilo que já faz hoje o Banco de Desenvolvimento Regional do BRDE. Tivemos oportunidade de recentemente, participar de algumas reuniões aqui mesmo na Assembléia e fora dela, com vistas ao fortalecimento do BRDE. E entendemos ser necessário realmente o fortalecimento desse Banco, que terá, sem sombra de dúvida, uma missão diferenciada daquela que terá a Agência de Fomento, quando se tratar de assuntos que interessam ao Paraná, como é o caso do MERCOSUL. Tenho certeza que o BRDE e a Agência de Fomento não serão entidades paralelas, mas serão entidades e organismos ligados ao setor financeiro que haverão de se somar na providência de um desenvolvimento maior para o nosso Estado do Paraná.

Mas quando falamos em votar uma lei na Assembléia Legislativa, quando a gente fala em criar Agência de Desenvolvimento, criar aqui mecanismos e instrumentos. A gente tem que ficar atento àquilo que já fizemos em outras ocasiões, e que na nossa maneira de ver não está sendo bem conduzido pelo Governo do Estado do Paraná. Diria até que o Governo do Estado do Paraná, neste assunto que vamos abordar agora, não está sequer respeitando a Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Onde o governo aplicou os recursos das vendas das ações da COPEL? Esta é a pergunta que todos estamos fazendo. "O espírito Legislativo Estadual ao instituir a Lei nº 11.253 de 21.12.95". (Lê):

"ONDE O GOVERNO APLICOU OS RECURSOS DA VENDA DAS AÇÕES DA COPEL."

O espírito Legislativo Estadual ao instituir a Lei nº 11.253 de 21.12.95, que autoriza o Poder Executivo Estadual a vender, dar em caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito de qualquer natureza, ações que detêm da COPEL, era de garantir a utilização destes recursos visando os seguintes fins, de forma isolada ou cumulativa, como define seu Art. 4º a) aplicações em atividades produtivas; b) investimentos que gerem o efetivo aumento de receita tributária; c) geração de emprego; d) preservação do patrimônio reinvestido; e) atração de capitais para investimento no Estado, ou f) investimento da área energética.

Como forma de dotar o Estado de instrumento capaz de mobilizar estes recursos foi instituída, pela Lei nº 11.428 de 14.06.96, a Paraná Investimentos S.A.. Esta empresa tem definido como objetivo a geração de recursos para o Tesouro do Estado, especificamente destinados a investimentos no território paranaense. Apresenta como cláusula restritiva o parágrafo único do artigo 3º, o qual determina sua aplicação em: a) atividades produtivas; b) investimentos que gerem

efetivo aumento da receita tributária para o Estado; c) geração de empregos; d) preservação do patrimônio reinvestido; e) atração de capitais privados para investimentos no Estado; f) investimentos em infra-estrutura, ou f) investimentos na área energética."

É o que diz a lei que criou a Paraná Investimentos, é o que diz o artigo 4º da lei que autorizou a venda caução das ações da COPEL.

O que diz o Relatório do segundo semestre de atividades de 96, publicado no Diário Oficial do Estado em 22.04.97, Relatório da Paraná Investimentos.

"Foi nessa ordem de idéias que o Governo do Estado estabeleceu uma estratégia em comum com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que abriu uma linha de crédito ao Estado do Paraná, por conta da qual foi concedido inicialmente, empréstimo-ponte de R\$ 120 milhões, em 22.12.95, e em decorrência desse contrato foi firmado um protocolo que definiu a constituição de uma empresa sob forma de sociedade anônima para a implementação de operações de emissão de debêntures, visando além da liquidação do referido empréstimo, mobilizar recursos financeiros para o setor público através da securitização das ações da COPEL, com vistas a evitar um impacto desfavorável de sua venda massiva ao mercado.

Assim o capital integralizado da Paraná Investimentos, em 31.12.96, é de 406.550.000,00 sendo a participação do Poder Executivo de R\$ 406.450.000,00 e da BANESTADO Informática de R\$ 100.000,00."

Como se observa, tanto os recursos lastreados em ações da COPEL, como os oriundos da participação minoritária da BANESTADO Informática, devem ser aplicados apenas em ações definidas pelo Art. 4º da Lei nº 11.253 que autorizou a venda das ações, e pelo parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 11.428, que é a que criou a Paraná Investimentos. Portanto não conta com o amparo legal dos dispêndios realizados pela Paraná Investimentos em despesas de custeio e outras aplicações não previstas naquelas leis, como algumas das no Relatório de Atividades publicado pela Paraná Investimentos.

Diria aos Nobres Companheiros, que entendo não ser correta a aplicação dentro daquilo que estabeleceu a lei, e temos aqui um levantamento parcial e amanhã teremos mais informações a respeito. Mas entendo que quando esta Casa, autorizou a venda das ações da COPEL, quando a Assembléia autorizou a implantação da Paraná Investimentos, e dizia lá no que poderia aplicar os recursos. Não estava lá escrito que poderia se custear, usar este dinheiro, para:

| PROJETO/ATIVIDADE | VALOR em R\$ 1,00 |
|--|-------------------|
| Fundo Rotativo das Delegacias de Polícia | 3.871.690 |
| Administração de Custódia Penitenciária | 214.733 |
| Administração do Sistema Penitenciário | 567.911 |
| Pesquisa Agropecuária e Treinamento - Paraná-Rural/BIRD | 1.108.300 |
| Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar - Iaper | 643.050 |
| Orientação Técnica em Desenvolvimento Municipal | 134.750 |
| Manutenção de Ações do Inst. de Saúde do Pr - ISEP | 2.597.494 |
| Manutenção do Fundo de Saúde do Estado - Funsauê | 945.396 |
| Projeto Vila Olímpica | 1.043.667 |
| Integração à Infância e Adolescência - Projeto Pia | 108.746 |
| Pia Ambiental | 988.707 |
| Execução de Apoio à Terceira Idade | 269.174 |
| Gereciamento da Estrutura Administrativa e Execução dos Programas da Secretaria da Criança | 1.012.638 |
| Articulação Intersetorial na Área da Educação | 1.855.772 |
| Administração de Centros de Treinamento da SHED | 162.851 |
| Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Pré-escolar | 17.500 |
| Canal da Música | 220.000 |
| Administração das Políticas Culturais | 1.628.057 |
| Edificações e Equipamentos para o Tribunal de Justiça | 14.176.873 |
| Serviços Bancários ao Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária | 2.166.660 |
| Administração e Execução de Políticas de Meio Ambiente | 1.820.298 |
| Administração e Execução de Políticas de Meio Ambiente, Cartográfica e Agrária-fundiária | 12.560.223 |
| TOTAL | 48.114.490 |

Pesquisa Agropecuária e Treinamento - Paraná Rural/BIRD, Acho que é investimento, Manutenção de Ações do Inst. de Saúde do Paraná - ISEP, Custeio, Projeto Vila Olímpica, Investimento.

Vejam nobres colegas, eu não quero aqui em hipótese alguma discutir a aplicação desses recursos por parte do Estado, em todos esses setores, porque entendo serem todos eles atribuições sim, do Estado apoiar a aplicação desses recursos, nessas diferentes áreas. Só que pessoalmente, entendo que isso faz parte daquela rubrica que se diz respeito ao custeio, que o Estado deve manter e jamais colocar a mão num discurso oriundo da venda das ações da Copel, que tem duas leis aprovadas por esta Casa, dizendo onde se deve aplicar os recursos. E infelizmente os recursos não estão sendo aplicados dentro daquilo que a legislação estabeleceu. É por isso que eu falei hoje aquilo que ia falar amanhã e certamente volto amanhã com mais informações. Mas não tem sentido esta Casa ficar votando a criação de mais agência, mais isso, mais aquilo se aquilo que já votamos não está sendo respeitado pelo Governo do Estado. O dinheiro das ações da Copel tem uma destinação estabelecida em lei - art. 4º que é muito claro, e, neste sentido, estaremos encaminhando ao Presidente da Casa essas informações que estamos buscando no Diário Oficial do Estado do Paraná, buscando no corpo da lei que aprovamos para que o Presidente da Casa possa tomar as providências. E, também, à Comissão de fiscalização desta Casa, para que ela tome as providências no sentido de exigir do Governo do Estado que cumpra as leis que foram, aqui aprovadas e que foram por ele próprio sancionadas.

Nós não questionamos esses recursos para onde foram destinados, questionamos apenas e tão somente, o dinheiro da venda das ações da Copel, que era para serem utilizados em investimentos estratégicos em favor do Estado do Paraná, estejam sendo utilizados de forma a desrespeitar a lei que esta Casa votou e que o governo sancionou. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário das Lideranças.
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 081/97, que declara de Utilidade Pública a Associação Nova Vida, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 141/97, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Monteiro Lobato de Ademar de Barros, com sede e foro no Município de Terra Rica. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Erwin Gröeger. **COM PARECER FAVORÁVEL DO C.C.J..** Apreciar neste turno emenda de Plenário aprovada em 2ª discussão.
Emenda - **Aprovada.**
Projeto - **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/97, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação das Voluntárias de Caridade de Rolândia, Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Menino Jesus - ABEMJE, com sede no Município de São João do Caiuá e foro no Município de Alto Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/97, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Cafelândia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..** **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/96, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional Luiz Luise, com sede e foro no Município de Cafelândia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..** **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 332/96

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Nereu Moura tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Educacional Luiz Luise de Cafelândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, e por estar de acordo com a Lei 6994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer **FAVORÁVEL.**

Sala das Comissões, em 13.05.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 472/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Casa Assistencial Mãe da Divina Providência, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..** **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 472/96

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 302/96, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leonel Franca, com sede e foro no Município de Paranaíba. **Aprovado.**

Casa Assistencial Mãe da Divina Providência, com sede e foro no Município de Ponta Grossa - Pr.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Casa Assistencial Mãe da Divina Providência, é uma sociedade de caráter filantrópico e assistencial que tem por finalidade prestar auxílio a pessoas carentes, difundindo princípio básicos da formação humana.

Consta entre suas atividade a distribuição de alimentos, três vezes por semana, a mais de oitenta famílias oriundas de comunidades carentes, fornecimento de medicamentos conforme receita médica, trabalhos de evangelização, encaminhamentos de gestantes para o Clube de Mães do bairro Monteiro Lobato, realização de palestras aos jovens daquelas comunidades, orientando-os contra drogas, entre outras atividades de elevado teor social.

Em suma, estes trabalhos realizados reventem-se de imensa importância social, tendo em vista a atenção dedicada às comunidades atendidas e a contribuição com o soerguimento da sociedade.

Em função da exposição dos motivos supra, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 472/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Plauto Guimarães que declara de Utilidade Pública a Casa Assistencial Mãe da Divina Providência, com sede e foro em Ponta Grossa.

Sob o aspecto legal, regimental e constitucional e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6694/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer FAVORÁVEL.

Sala das Sessões, em 13.05.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SELEME - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Vida, com sede e foro na Cidade de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 05/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Hidekazu Takayama declara de Utilidade Pública a Assistência Social Vida de Palmeira.

Sob o aspecto legal, regimental e constitucional e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6694/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/97, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica Estrela de Morretes, com sede e foro no Município de Morretes. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado.

(Public. no DA, nº 03/97, de 18.02.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 007/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Orlando Pessuti que declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica Estrela de Morretes.

Sob o aspecto legal, regimental e constitucional e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6694/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/97, que autoriza o Poder Executivo a Instituir uma Agência de Desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada de Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. Com EMENDA DA C.C.J. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

(Publ. no DA nº 36/97, de 25.03.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 116/97

PARECER:

O Projeto de Lei em apreço, nascido da Mensagem Governamental nº 005/97, objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado e a concessão de capital fixo de giro associado a projetos no Estado.

A medida é imperativa para o fim de adequar o nosso Estado à Política de Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, ditada pela Medida Provisória nº 1556 de 18.12.96, que estabeleceu o dia 30 de junho próximo, como prazo improrrogável para a adesão dos Estados ao PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, e pela Resolução do BACEN nº 2347 de 20.12.96 e seguintes, todas expedidas em conformidade com a Lei nº 4595/64 que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional.

É também fundamental a iniciativa do Governo para enquadrar o Banestado, conforme apregoado pelo Conselho Monetário Nacional, como Instituição Comercial, sem o acúmulo da função de fomento que vinha exercendo desde o início do processo liquidatório do BADEP.

Entre as providências propostas está também a autorização para que a Agência de Desenvolvimento exerça as atribuições de liquidante do BADEP, bem como para que passe a exercer a gestão administrativa e financeira do F.D.E. de forma a preservar a harmonia e a coerência da política de fomento do Estado.

Não obstante o acerto da medida e a sua extrema oportunidade, impõe-se a correção de algumas impropriedades, e involuntária omissão notadas no Anteprojeto de Lei encaminhado a esta Casa.

Assim, note-se a expressão "...ou empresa que vier a sucedê-la...", contida no inciso II, do artigo 2º, é de despicenda devendo ser suprimida haja vista que a Banestado S/A, Participações, Administração e Serviços já é o resultado de recente alteração procedida naquela instituição, através da Lei 11.667 de 14.01.97, que alterou os fins sociais e a denominação da Banestado Informática - S/A - BISA, da mesma forma, a redação do parágrafo único do artigo 8º deverá ser alterada de forma a prevenir possível restrição por parte do BACEN quanto à incorporação do patrimônio do BADEP diretamente ao do F.D.E.

Quanto a omissão referida que se observa no artigo 5º, é imperioso que seja sanada porque na composição do Conselho de Administração de entidade desta natureza não

poderiam estar ausentes representantes dos segmentos econômicos industrial, comercial e agrícola.

Por fim, a cuidadosa análise do projeto, sob as luzes das Constituições Federal e Estadual, da legislação que disciplina o sistema financeiro e bancário, já referida, que rege a constituição das sociedades de economia mista (Lei 6404 de 15.12.1976) e que instituiu o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, (Lei 4529 de 12.01.62, alterada pela Lei 5515 de 15.02.67), demonstrou a sua perfeita consonância com o ordenamento jurídico.

Isto posto e, na forma das emendas modificativas, em anexo, é favorável o Parecer desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(a) JOEL COIMBRA
Presidente e Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA RESTRITIVA
PROJETO DE LEI Nº 116/97

Suprima-se do inciso II, do artigo 2º do Projeto de Lei 116/97 a expressão "...ou empresa que vier a sucedê-la...", conforme redação a seguir:

Art. 2º - ...

II - A BANESTADO S/A Participações, Administração e Serviços, fica autorizada a subscrever até 100 (cem) ações no total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(a) JOEL COIMBRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA
PROJETO DE LEI Nº 116/97

Acrescente-se ao parágrafo único do artigo 8º do Projeto de Lei 116/97, expressões conforme redação a seguir:

Art. 8º - ...

Parágrafo Único - Quando encerrada a liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - em Liquidação Ordinária, o Poder Executivo poderá transferir, no todo ou em parte, o valor patrimonial líquido que resultar do encerramento da liquidação para o patrimônio da Agência de Desenvolvimento do Paraná - S/A ou do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(a) JOEL COIMBRA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA
PROJETO DE LEI Nº 116/97

Acrescente-se ao artigo 5º do Projeto de Lei 116/97, novos membros, conforme redação a seguir:

Art. 5º - A administração social da Agência de Desenvolvimento será exercida por um Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Secretário de Estado do Governo, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP e o Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, presidido pelo primeiro, e por uma Diretoria composta por três membros, com competência a ser fixada em Estatuto Social e remuneração limitada à de Secretário de Estado.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(a) JOEL COIMBRA.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 116/97

PARECER:

RELATÓRIO

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 05/97, que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir uma agência de desenvolvimento vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, denominada de Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., com sede nesta Capital.

FUNDAMENTAÇÃO

Tal proposta já foi analisada e discutida pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, sendo aprovada na forma de emendas modificativas. Esta Comissão de Finanças chamada a opinar verificou que a criação de tal Agência, vem ao encontro da política de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional. Indiscutível o valor meritório deste projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação, considerando-se as emendas modificativas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
DUILIO GENARI - Relator.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/97, que autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade por ações, denominada de Paraná Desenvolvimento S/A, com capital social no valor de até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 36/97, de 25.03.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 117/97

PARECER:

O Projeto de Lei sob análise, oriundo da Mensagem do Governador Jaime Lerner de nº 06/97, objetiva a criação de uma empresa de participação em investimentos privados no Estado, sob a forma de Sociedade por ações e controle acionário do F.D.E. - Fundo de Desenvolvimento Econômico.

Para o desenvolvimento do Estado e a consolidação de seu novo perfil social e econômico, são necessários, além dos investimentos públicos, a atração de capitais privados para a implantação de grandes projetos industriais em território paranaense, através do oferecimento de alguns incentivos, entre eles a parceria mediante a participação acionária através do F.D.E. ou de empresas por ele controladas.

Todavia, e considerando que por vedação legal é impossível a participação de investidores diretamente no F.D.E., torna-se imperiosa a aprovação da medida proposta, como instrumento de viabilização de mudança sócio-econômica pretendida, que acarretará, entre outros benefícios para o Estado, aumento da receita tributária, geração de empregos, etc.

Avaliada a Proposição em face das Constituições Federal e Estadual, e da legislação ordinária que rege a matéria, Lei das S/A, nº 6.404 de 15.12.76 e Lei do F.D.E., nº 4.529 de 12.01.62, alterada pela Lei nº 5.515 de 15.02.67, conclui-se pela sua conformidade com o ordenamento jurídico.

Portanto, satisfeitos os pressupostos de constitucionalidade, legalidade e também os de natureza regimental, deverá a presente Proposição merecer parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 13.05.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 117/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 117/97, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a constituir uma empresa vinculada à Secretaria do Estado da Fazenda, sob a forma de sociedade por ações, denominada de Paraná Desenvolvimento S/A, com capital social no valor de até oitocentos milhões de reais.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, não encontrou nenhum óbice para a tramitação do presente projeto. Vale ressaltar, o caráter autorizatório da proposição.

Isto posto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 117/97.

Sala das Comissões, em 14.05.97

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Embora hoje estejamos analisando a constitucionalidade da Mensagem Governamental que cria a Paraná Desenvolvimento, queria dizer que embora ele tenha passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça, quero crer que falta legalidade ou melhor, há uma flagrante inconstitucionalidade na criação da Paraná Desenvolvimento, porque ela cria a possibilidade da participação minoritária de capital público, de recursos públicos na forma minoritária em empresas privadas sem que isto seja feito, inclusive, mediante lei.

Então, queria chamar a atenção desta Casa, porque há uma flagrante inconstitucionalidade na criação da Paraná Desenvolvimento, além do que, é de se perguntar qual é o objetivo da criação desta empresa, porque quero crer, que a criação da agência de desenvolvimento e fomento, claro, tem uma função específica, a criação que já foi feita da Paraná Investimentos e agora de uma nova empresa - Paraná Desenvolvimento.

Francamente, gostaria de ter uma explicação para a criação desta empresa. E a leitura do Projeto enuncia uma flagrante inconstitucionalidade que é a participação minoritária em empresas da Paraná Desenvolvimento. Meu voto será contrário à questão da constitucionalidade e chamar a atenção dos Senhores para esse fato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em discussão, em votação.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar) - Me associo aos argumentos do Deputado Romanelli e entendo que estamos num momento importante da história deste Estado. É uma guinada que está acontecendo ao se permitir tanto à COPEL participar como empresa minoritária num Projeto de Lei - em associação com empresas privadas - sem passar pelo crivo da Assembleia e sem participação da sociedade civil nessa definição. E também essa empresa que, pela lei, pode participar de forma minoritária. É uma associação do dinheiro público para o capital privado sob o controle do capital privado. É uma novidade! Quer dizer, o neo-liberalismo veio, aí, com muita rapidez.

Também entendemos que é inconstitucional esse Projeto por causa desse detalhe e nos associamos à votação

contrária do Deputado Romanelli.

A Bancada do PT vota contra este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação. Aprovado, com os votos contrários da Bancada do PT e do Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Será procedida. Vinte e seis aprovam; sete rejeitam. Aprovado o Projeto.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O item 13 da pauta que acabou de ser votado está dizendo que é Projeto de Lei 117/97, fruto da Mensagem 117. A Mensagem não é 117.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Houve um engano, é 06, já foi corrigida pela assessoria da Mesa.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/97, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.957.151,00 (hum milhão, novecentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais), ao vigente orçamento da SUDERHSA - Superintendência do Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, entidade vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 207/97
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 1.957.151,00 (hum milhão, novecentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados os Demonstrativos da Receita, conforme Anexos III, IV, V e VI desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos 2º e 3º desta lei, fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, conforme Anexo VII desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.97
(a) PODER EXECUTIVO

[illegible]

| ANEXO | | ANEXO | | FL. 01 | | R\$ 1,00 | |
|-------|---|----------------------|--------|-----------|--|----------|--|
| | ESPECIFICACAO | INATUREZA DA DESPESA | IL ITR | VALOR | | | |
| | SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS | I | I I I | | | | |
| | | I | I I I | | | | |
| | | I | I I I | | | | |
| | SUB-INTENDENCIA DE ENVOLVIMENTO DE RECURSOS | I | I I I | | | | |
| | AREA DO SANEAMENTO AMBIENTAL - SUDERHSA | -I | I I I | | | | |
| | | I | I I I | | | | |
| | PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL | I | I I I | | | | |
| | REGIAO METROPOLITANA DE RECORTADA - PROSAN/BIRD | I | I I I | | | | |
| | SUDERHSA - PROSAN/BIRD - SUDERHSA | 4490.S112111 | | 1.98.1151 | | | |
| | TOTAL | | | 1.98.1151 | | | |

| ANEXO III | | PL. 02 |
|-----------|-----------------------------------|-----------------|
| ANEXO | | R\$ 1,00 |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | VALOR |
| 001 | IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A | 1.957.151101481 |
| 1 | INTERMERCIO S/PRESTACAOE SERV.DE | 1 |
| 1 | TRANSP.INTEREST. E INTERMUN. E DE | 1 |
| 1 | COMUNICACAO | 1 |
| TOTAL | | 1.957.1511 |

| ANEXO IV | | FL. 02 | |
|-----------------|--------------------------------|----------|-----------------|
| RESULTADO ANEXO | | R\$ 1,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | IFII | VALOR |
| 2211.03.00 | DEVOLUCAO DE CAPITAL SUBSCRITO | 1 25 1 | 1.957.151101481 |
| TOTAL | | 1 | 1.957.1511 |

| ANEXO V I | | FL. 03 | |
|-----------------|--|----------|-----------------|
| RESULTADO ANEXO | | R\$ 1,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | IFII | VALOR |
| | SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE | 1 1 | |
| | RECURSOS HIDRICOS | 1 1 | |
| | SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DE | 1 1 | |
| | RECURSOS HIDRICOS E SANEAMENTO | 1 1 | |
| | AMBIENTAL - SUDERHSA | 1 1 | |
| | TRANSFERENCIAS DA VENDA DE ACOES E/OU | 1 25 1 | 1.957.151101481 |
| | DEVOLUCAO DE CAPITAL SUBSCRITO | 1 1 | |
| TOTAL | | 1 | 1.957.1511 |

| ANEXO V | | FL. 03 | |
|-----------|--|----------|-----------------|
| RESULTADO | | R\$ 1,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | IFII | VALOR |
| | SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE | 1 1 | |
| | RECURSOS HIDRICOS | 1 1 | |
| | SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DE | 1 1 | |
| | RECURSOS HIDRICOS E SANEAMENTO | 1 1 | |
| | AMBIENTAL - SUDERHSA | 1 1 | |
| | TRANSFERENCIAS DE RECURSO ORDINARIO | 1 00 1 | 1.957.151101481 |
| | INAO VINCULADO | 1 1 | |
| TOTAL | | 1 | 1.957.1511 |

| ANEXO VII | | FL. 04 | |
|-----------------|--|----------|-----------------|
| RESULTADO ANEXO | | R\$ 1,00 | |
| CODIGO | ESPECIFICACAO | IFII | VALOR |
| 0000 | SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE | 1 1 | |
| | RECURSOS HIDRICOS | 1 1 | |
| 0000 | SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DE | 1 1 | |
| | RECURSOS HIDRICOS E SANEAMENTO | 1 1 | |
| | AMBIENTAL - SUDERHSA | 1 1 | |
| 0000 | PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA | 1 1 | |
| | REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - | 1 1 | |
| | IPROSAM/BIRD SUDERHSA | 1 1 | |
| 0004 | CONSTRUIR PARQUE METROPOLITANO DO | 1 1 | |
| | IGUAÇU NA REGIAO LIMITROFE | 1 1 | |
| | ICITIBA/S. JOSE DOS PINHAIS (A) | 1 25 1 | 1.957.151101481 |
| TOTAL | | 1 1 1 | 1.957.1511 |
| | | 1 0 1 | 01 |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 207/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 207/97, oriundo de Mensagem Governamental, visa aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.957.151,00 ao vigente orçamento da SUDERHSA, entidade vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 207/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, visa aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.957.151,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais) ao vigente orçamento da SUDERHSA - Superintendência do Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, entidade vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, não encontrou nenhum óbice para a tramitação do presente Projeto. Vale ressaltar, o caráter autorizatório da proposição.

Isto posto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 207/97.

Sala das Comissões, em 14.05.97

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento nº 1089, de autoria dos Srs. Deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Doutor Rosinha, Ângelo Vanhoni e Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI - Qual o assunto Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Solicito a ilustre clarividente voz de Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - O requerimento dos Deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Florisvaldo Fier, Ângelo Vanhoni e Emerson Nerone, - Deputado Emerson Nerone não assinou o requerimento mas conta o seu nome.

"Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário desse Parlamento, seja enviado expediente à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e às Lideranças Partidárias do Congresso Nacional, pedindo a imediata instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para apurar as denúncias de corrupção no processo de aprovação da Emenda Constitucional que garante o direito à reeleição do Presidente da República, Governadores e Prefeitos. O presente requerimento se justifica tendo em vista a gravidade das denúncias veiculadas pela imprensa que lança uma "sombra" sobre o processo parlamentar na votação da citada Emenda Constitucional."

Isso quer dizer, no linguajar do povão, a "compra" de Deputados para a votação da citada Emenda Constitucional à reeleição de Governo, Presidente e Prefeitos.

Era só ilustre Líder da Bancada do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para encaminhar, concedo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nível federal, a Bancada do PT, junto com a Bancada do PDT e a Bancada do PC do B, e com vários Parlamentares de outros Partidos, têm recolhido assinaturas para a

instalação dessa CPI, vários Parlamentares do PPB têm assinado. A Folha de São Paulo divulgou no sábado mais de duzentas assinaturas, têm assinaturas, inclusive, de Parlamentares do PFL, como do ex-Presidente da Câmara Federal.

Então, pedimos o apoio de todos os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o requerimento da Bancada do PT, que a Mesa considera por palavra do Líder Deputado Péricles Mello, a inscrição e a assinatura do ilustre Deputado Emerson Nerone como constada.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - (Verificação de Votação).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Acho que não cabe, mas a Mesa acata.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam o Requerimento, queiram levantar-se. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, gostaria que registrasse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente, registrado o voto contrário do ilustre Deputado Valdir Rossoni.

Requerimento nº 1090, de autoria dos Srs. Deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Doutor Rosinha, Ângelo Vanhoni e Emerson Nerone, constante do expediente. Em discussão.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1070, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Ângelo Vanhoni, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Zuk e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1071, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1072, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1073, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1076 e 1093, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1077, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1078, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1080 e 1081, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1083, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1084 a 1086, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1087, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1091, de autoria dos Srs. Deputados

Pérides Mello, Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1092, de autoria dos Srs. Deputados Duffio Genari, Sâmis da Silva, Sérgio Spada e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1069, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI - Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. DR. ROSINHA - Pedi para encaminhar o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa não ouviu.

O SR. VALDIR ROSSONI - Já está em processo de votação, Senhor Presidente.

O SR. DR. ROSINHA - Mas, a Mesa não ouviu, a Mesa sempre quando não ouve, abre espaço para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo por um minuto o seu encaminhamento de Votação para Verificação de Votação, solicitada pelo Líder Valdir Rossoni.

O SR. DR. ROSINHA, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Secretário da Administração, Reinhold Stefanos publicou no Diário Oficial uma Portaria na qual estabelece regras para que o Governo do Estado do Paraná possa, através dos vários órgãos de administração direta e indireta fazer a locação de carros.

O nosso Requerimento solicita a informação de qual era os critérios antes dessa norma legal estabelecida agora, quais eram os critérios com que se faziam a locação, uma vez que o próprio Governo está baixando critérios.

E pedimos, como é lógico, já que não temos conhecimento, a cópia de todas as locações que ocorreram pelo Governo do Estado.

Acho que se o Governo do Estado agiu dentro da legalidade e da normalidade, não tem problema nenhum aprovar esse tipo de Pedido de Informação, como agora recentemente foi noticiado a locação de vários carros para o Instituto Médico Legal.

Então, só estamos solicitando, como é de direito nosso, cópias desses processos, nesse sentido é que pedimos o apoio e a aprovação desse Requerimento, até o Deputado Valdir Rossoni sabe que cabe a nós fazer este tipo de Pedido de Informação e ele o fazia quando estava no Governo anterior, na Legislatura anterior, então, manter esta coerência de aprová-lo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Tinha entendido que V. Exa. havia considerado que estívéssemos ainda no período de encaminhamento da votação, mas peço Pela Ordem porque de fato as razões que o Deputado Florisvaldo Fier coloca são muito pertinentes, V. Exa. há de reconhecer que outro dia vimos aqui na frente do Pa-

lácio camburões para o transporte daqueles que vão para a última morada e fiquei sabendo que aqueles veículos estão sendo locados, são aquelas caminhonetes D20, pelo valor de quatro mil e vinte e nove reais por mês em contratos de 24 meses renováveis por mais 24 meses quando na verdade cada caminhonete daquelas dá para se comprar em 7 meses de aluguel, custa 28 mil reais cada caminhonete daquela, então acho que há de fato alguma coisa muito estranha por trás deste esquema de locação de veículos, aliás Exa., o Tribunal de Contas havia sobrestado, creio que é o Conselheiro Rafael Iatauro, a aprovação de contas do Governo em relação à locação destes veículos, então, quero crer que há alguma coisa muito estranha por trás disso, inclusive terceirizar toda a locação de frota todo o dinheiro do Estado vai só para pagar aluguel de veículos aqui no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Verificação de Votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Florisvaldo Fier, queiram levantar-se.

Pediria ao Ilustre 2º Secretário que fizesse a contagem dos Srs. Deputados.

Dez Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e um Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitado o Requerimento.

Requerimento nº 970, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento Deputado Renato Adur - Envio de Informações ao Tribunal de Contas.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria de requerer a V. Exa. se possível adiarmos a votação deste requerimento para que tivéssemos a oportunidade de votar este requerimento com presença do ilustre Deputado Renato Adur.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente aceito pela Mesa Executiva. Tirado da Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 304 e 409/96 e 092/97.

Marco ainda uma sessão ordinária para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 118 e 119/97 332 e 472/96; 007, 116, 117 e 207/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 420/96 e 177/97.

Levanta-se a sessão.